

SINOPSE

Já fomos longe demais

Projeto Regional
transformação
socioecológica

**POR UMA
TRANSFORMAÇÃO
SOCIOECOLÓGICA
NA AMÉRICA LATINA**





SINOPSE

Já fomos longe demais

**FRIEDRICH
EBERT 
STIFTUNG**

BIBLIOTECA TRANSFORMAÇÃO

SINOPSE

Já fomos longe demais

Projeto Regional
transformação
socioecológica

**POR UMA
TRANSFORMAÇÃO
SOCIOECOLÓGICA
NA AMÉRICA LATINA**

**FRIEDRICH
EBERT 
STIFTUNG**

BIBLIOTECA TRANSFORMAÇÃO

Sinopse

Já fomos longe demais - Por uma Transformação Socioecológica na América Latina

© Friedrich-Ebert-Stiftung

Projeto Regional transformação socioecológica

Yautepec 55, col. Condesa,
del. Cuauhtémoc, C. P. 06140,
Cidade do México.
Teléfono: +52 (55) 5553 5302

www.fes-transformacion.org

 FES Transformación
Social-Ecológica

 @fes_tse

 Proyecto Regional Transformación
Social-Ecológica

Para solicitar publicações: transformacion@fesmex.org

Elaboração da Sinopse

Héctor Leyva, com base no Livro III
da Biblioteca Transformação *Já fomos
longe demais - Por uma transformação
socioecológica na América Latina* (2019)

Cuidado editorial da Sinopse

Raquel Laniado Amiga

Design da Sinopse

Buró Público

Tradução

Silvia Peres

ISBN: 978-607-8642-33-5

Primeira edição: outubro de 2019

Impresso no México

Editores do Livro III da Biblioteca Transformação

Christian Denzin

Álvaro Cáliz

Gonzalo Martner

Conselho editorial

Alejandro Chanona (México)

Alfonso Iracheta (México)

Álvaro Cáliz (Honduras)

Christian Denzin (Alemanha)

Gerardo Ardila (Colômbia)

Gonzalo Martner (Chile)

Henry Mora (Costa Rica)

Vivianne Ventura-Dias (Brasil)

Grupo de Trabalho Regional Transformação Socioecológica

Alejandro Chanona (México)

Alfonso Iracheta (México)

Álvaro Cáliz (Honduras)

Antonio De Lisio (Venezuela)

Christian Denzin (Alemanha)

Fernanda Wanderley (Bolívia)

Gerardo Ardila (Colômbia)

Gonzalo Martner (Chile)

Gustavo Codas (Paraguai) †

Henry Mora (Costa Rica)

Jeannette Sánchez (Equador)

José De Echave (Peru)

Manuel Rodríguez Becerra (Colômbia)

Martha Ivette Aguilar (El Salvador)

Pablo Bertinat (Argentina)

Roberto Kreimerman (Uruguai)

Santiago Sarandón (Argentina)

Vivianne Ventura-Dias (Brasil)

O uso de todos os materiais editados e publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) só é permitido com a prévia autorização escrita da FES. As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da FES.

ÍNDICE

Apresentação	9
Agradecimentos	14
Introdução	17

CAPÍTULO I

As crises sociais e ecológicas no mundo e na América Latina	23
1.1 As crises globais	25
1.2 A nova época na América Latina e Caribe	30

CAPÍTULO II

O paradigma da transformação socioecológica	41
2.1 A transformação socioecológica	43

2.2	Os princípios da transformação socioecológica	44
2.3	Os objetivos da transformação socioecológica	48

CAPÍTULO III

	As propostas da transformação socioecológica na América Latina	51
3.1	Fortalecer o Estado democrático e social de direito	54
3.2	Por uma economia circular, plural e inclusiva com trabalho decente	58
3.3	Por uma mudança nas práticas de consumo, nos sistemas de produção e nos usos de território	64
3.4	Por uma transformação cultural	79
3.5	Por novas métricas para a transformação socioecológica	81
	Conclusões	85
	Epílogo	89
	Referências bibliográficas	99

APRESENTAÇÃO

Nossos modos de viver, produzir e consumir estão chegando a seus limites. Assim como o resto do mundo, a América Latina encontra-se em uma etapa de destruição e perda do meio ambiente que põe em risco as bases da vida não apenas das futuras gerações como também da fauna e flora como as conhecemos. Segundo os últimos relatórios especiais do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), se as emissões atuais não baixarem drasticamente na próxima década, é provável que entre os anos 2030 e 2051 a temperatura global aumente 1,5°C em comparação com a temperatura do período pré-industrial. Para alcançar uma meta menos ambiciosa de 2 °C, as emissões de CO₂ ainda teriam que baixar 25% até o ano 2030 em relação a 2010, assim como alcançar emissões líquidas zero, o mais tardar no ano 2070.

Estas tendências, junto com a crescente pegada ecológica e contínua externalização dos custos ambientais, nos mostram os erros sistêmicos do capitalismo fóssil que perdura no século XXI e as deficiências da economia global. Apesar dos debates alentadores sobre as taxas de emissão de CO₂ em diferentes países e de algumas transições energéticas em curso, as políticas públicas nos países do Norte e do Sul global não agem e reagem com suficiente determinação aos desafios socioambientais causados pelos nossos modos de vida imperiais.

Com o Acordo de Paris de 2015 e a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a comunidade internacional alcançou um consenso multilateral que representa marcos na luta contra

a degradação ambiental e a exclusão social. Apesar dos compromissos assumidos pelos governos nacionais, a implementação destes acordos está atrasada. Enquanto se aprofundam as desigualdades assustadoras entre aqueles que têm mais e aqueles que têm menos - ou quase nada - as emissões globais continuam a crescer. Esta evolução agrava os efeitos das catástrofes ambientais sobre os mais vulneráveis a curto, médio e longo prazo.

A situação requer mudanças e respostas que vão além do senso comum. Para manter-se dentro dos limites planetários identificados pelo *Stockholm Resilience Centre* em 2009, a saída do capitalismo fóssil, a mudança dos nossos sistemas energéticos para fontes renováveis e uma redução significativa do consumo de energia, a saída ou modernização de grandes indústrias tradicionais, a recuperação de ecossistemas degradados por mudanças no uso do solo, a transformação das cidades com ênfase na expansão e melhoria do transporte público, uma nova política habitacional que enfrente a especulação financeira e uma nova ordenação territorial que priorize a proteção das questões sociais, ambientais e públicas são ponto pacífico. Nossas economias estão baseadas na exploração da força de trabalho e nos recursos naturais, em paralelo a uma baixíssima tributação sobre o lucro e a renda do capital. Ainda predomina um pensamento de curto-prazo e reducionista que põe o crescimento econômico no centro da ação política e econômica e confunde os possíveis meios com os fins ao reduzir o bem-estar à esfera meramente econômica.

Na América Latina, a situação é mais crítica: em um contexto de instituições fracas, a riqueza baseada na exploração dos recursos naturais consolidou estruturas socioeconômicas profundamente desiguais. A inserção da região na economia global depende em grande parte da exportação de suas matérias-primas agrícolas, fósseis e minerais, enquanto sua inserção em cadeias de valor baseadas no conhecimento e na tecnologia é incipiente e a integração regional estagnou em um nível baixo. As elites rentistas ainda se beneficiam do status quo do subcontinente extrativista, enquanto os saldos social, ambiental e econômico dos setores extrativistas têm sido negativos na maior parte da região. A vontade política e as capacidades para implementar políticas que fortaleçam a igualdade e protejam o meio

ambiente são escassas. Grande parte da população latino-americana carece de serviços públicos de qualidade, como educação, transporte público, saúde e seguridade social. A informalidade e a insegurança são fenômenos vividos por muitos(as) latino-americanos(as). Os conflitos socioambientais aumentaram notavelmente com a expansão da fronteira extrativista que ocorreu durante e depois do superciclo das *commodities*. Os incêndios atuais pela expansão da agroindústria na Amazônia brasileira e os conflitos no chamado Arco Mineiro do Orinoco venezuelano — uma área de dimensões equivalentes ao dobro do território da Costa Rica — exemplificam de maneira flagrante o potencial devastador do pensamento extrativista.

Perante os enfoques de desenvolvimento neoextrativista, os consequentes desafios socioambientais e a ausência de respostas no âmbito político progressista — com exceções como a Agenda 2030 da CEPAL —, a Fundação Friedrich-Ebert (FES) na América Latina convocou em 2015 especialistas de alto nível para formar um grupo de trabalho e discutir sobre como a região poderia sair de sua atual trajetória de especialização produtiva. Graças a diversidade e capacidade técnica dos integrantes do grupo foi possível estabelecer uma profunda discussão conceitual e política sobre os enfoques de desenvolvimento a partir de uma perspectiva latino-americana. Participaram do grupo, especialistas de 14 países que representavam distintas disciplinas e setores: professores, acadêmicos e membros da sociedade civil, além de alguns ex-ministros de governos progressistas de vários países, ex-deputados federais e ex-representantes da CEPAL, entre outros.

Embora compartilhando críticas comuns aos desafios e trajetórias de desenvolvimento da região, as experiências particulares de cada um - de acordo com sua área de especialização e seu contexto sociopolítico nacional - permitiram identificar as complexidades e contradições do estado atual da região.

No entanto, o processo do debate não foi nada fácil. O grupo representava posições muito diversas do espectro político: desde perspectivas social-democratas clássicas, até visões mais alternativas, posições inclinadas a reformas graduais e outras a rupturas mais profundas. Discutir com um grupo tão diverso e específico como o nosso exige, em primeiro lugar, a capacidade de ouvir e aprender com os

outros. Ao colocar as abordagens de desenvolvimento de uma região como a América Latina no centro da discussão em grupo, surgiram múltiplos temas, conceitos e debates. Não é a mesma coisa debater o neoextrativismo a partir de uma perspectiva de oposição de um país ou fazê-lo a partir de uma perspectiva de alguém que fez parte do governo de outro país. A abordagem muda quando se fala de capitalismo a partir de uma perspectiva sindical, de políticas industriais ou da economia plural.

Quando conseguimos alcançar uma linguagem comum e um entendimento mútuo sobre conceitos essenciais para seguir um caminho aberto em busca de orientações no debate político progressista na América Latina e além da região - considerando a escassez de visões políticas para o futuro por parte dos partidos social-democratas e socialistas em nível mundial diante dos desafios socioambientais - os primeiros 18 meses de trabalho já haviam passado. Isto representou a natureza da fundação política independente, pois permitimos que o processo de uma análise tão especial e a série de debates tão profundos amadurecessem no tempo.

Há muitas convergências e também divergências entre as diversas disciplinas e experiências. O tema da economia social e solidária surgiu repetidas vezes até se tornar um eixo fundamental na visão do grupo de especialistas. Em várias ocasiões pensamos que as posturas sobre as raízes mais filosóficas já se haviam consolidado para depois constatar que as diferenças surgiam novamente. Assim avançamos como grupo na elaboração deste livro que concretiza nosso enfoque da transformação socioecológica para a América Latina. Para articular este trabalho foi muito importante a troca de ideias entre todos os membros do grupo de trabalho, dentro do conselho editorial e também com especialistas externos, acadêmicos renomados e atores sociais e políticos, bem como com colegas dos escritórios nacionais da FES em outros países da região, que nos ajudaram a consolidar algumas ideias centrais e fortalecer a trama do livro. Ainda que desde 2015 tenham mudado os contextos políticos e internacionais de forma drástica, os debates e propostas aqui apresentados continuam vigentes. Hoje mais do que nunca, percebe-se a frustração frente ao desempenho das classes políticas tradicionais. Já que não resta dúvida sobre a urgência de manter a temperatura

global nos níveis antes mencionados para evitar maiores distorções nas sociedades e para proteger a natureza. O livro *Já fomos longe demais - Por uma transformação socioecológica na América Latina* (2019), objeto desta sinopse, representa uma análise crítica do estado atual e uma orientação política conceitual para a transformação de nossas sociedades e considera que a vida socioeconômica e cultural é inseparável da vida do planeta que habitamos. Trata-se de uma visão alimentada pela riqueza intelectual do subcontinente que, por sua vez, segue o pensamento de autores universais como Karl Polanyi, que aposta por uma subordinação dos mercados às necessidades de nossas sociedades que respeite e mantenha o equilíbrio com a natureza. A transformação socioecológica é um paradigma em construção e um ponto de partida para o debate sobre o futuro com diferentes atores sociais e políticos. Como queremos e como devemos viver, produzir e consumir sem comprometer nossas bases de vida? Quais devem ser as áreas prioritárias para a transformação de nossas economias? Os países da região podem sair do extrativismo?

Através dos livros que compõem a Biblioteca Transformação, queremos contribuir com reflexões para o debate e estabelecer um diálogo com a sociedade civil organizada, com atores políticos progressistas na região, com partidos e movimentos de governo e oposição, com sindicatos, movimentos indígenas e feministas, com organizações internacionais e centros de pesquisa; e com todos aqueles que trabalham e trabalharam por um mundo inclusivo.

— CHRISTIAN DENZIN

Diretor do Projeto Regional
As propostas da Transformação Socioecológica
na América Latina,
Cidade do México, setembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta obra, no âmbito do Projeto Regional FES Transformação, não seria possível sem o compromisso e apoio de muitas pessoas. Por isso, queríamos agradecer especialmente aos membros do Grupo de Trabalho FES, por seu tempo, sua “expertise”, convicção, paixão e paciência que mostraram nas numerosas reuniões, debates e conferências nos últimos 4 anos. Agradecemos a Alejandro Channona, Alfonso Iracheta, Álvaro Cálix, Antonio De Lisio, Fernanda Wanderley, Gerardo Ardila, Gonzalo Martner, Gustavo Codas (†), Henry Mora, Jeannette Sánchez, José De Echave, Manuel Rodriguez Becerra, Martha Ivette Aguilar, Pablo Bertinat, Roberto Kreimerman, Santiago Sarandón e Vivianne Ventura-Dias por haver facilitado, com sua participação, este e muitos outros trabalhos no âmbito do projeto. Uma menção especial àqueles que colaboraram de maneira comprometida no conselho editorial deste livro: Alejandro, Alfonso, Álvaro, Gerardo, Gonzalo, Henry e Vivianne; que se reuniram desde o verão de 2018 até março de 2019 a cada 6 a 8 semanas para consolidar os avanços do livro, alcançando consenso essencial para integrar os diferentes eixos de análise. Queremos destacar com ênfase especial o mérito e imprescindível contribuição de Gonzalo Martner, como autor principal, que, além de contribuir com traços fundamentais para a obra, sintetizou e integrou os múltiplos conceitos com uma capacidade e velocidade impressionantes e sem comprometer a coerência de ideias e visões do grupo. Agradecemos também a Héctor Leyva pela minuciosa e oportuna revisão dos conteúdos do livro para

garantir a coerência, assim como pela elaboração da sinopse executiva que acompanha o livro. Um agradecimento especial a Álvaro Cálix por sua dupla função como membro do grupo desde o início e depois como colega de projeto e amigo, além de sua permanente reflexão estratégica sobre os passos a seguir e os riscos a minimizar. O trabalho e a dedicação de Álvaro foram fundamentais para este e outros livros e processos.

Agradecemos a todos e todas os(as) especialistas e acadêmicos que nos deram seu feedback em múltiplos debates e conferências. Queremos mencionar e agradecer, pela leitura crítica dos primeiros avanços do texto, especialmente a Héctor Sejenovich, Maristella Svampa, Rafael Domínguez e Ulrich Brand. Agradecemos também Óscar Oszlak pelas discussões e contribuições sobre a complexa relação Estado-sociedade. Agradecemos a Alicia Bárcena, José Luis Samaniego, Luis Miguel Galindo e José Eduardo Alatorre por seu acompanhamento durante vários momentos cruciais no processo. Nossa gratidão às organizações da sociedade civil que nos demonstraram a necessidade de novos enfoques para a transformação de nossas sociedades em diversos fóruns de debate.

Queremos reconhecer também Elizabeth Martínez, Mariana Blanco e Mariel Navarro da equipe da FES Transformação por sua contribuição valiosa, acompanhamento permanente do processo de trabalho, a edição do livro e a Biblioteca. Sem sua dedicação e profissionalismo não seria possível este esforço. Além destes, Joana Stalder e Lara Hirschhausen deram seu apoio em fases cruciais do projeto. Agradecemos a Ricardo Vázquez Ortega e Esteban Granados pelo design gráfico, formatação dos textos e acompanhamento rápido e construtivo durante o processo; a Carlos Sánchez, pelo cuidado editorial do livro, e a Raquel Laniado Amiga, pelo cuidado editorial da sinopse.

Reconhecemos também todos e todas as colegas da FES na América Latina que nos apoiaram sempre e de diferentes maneiras e, além disso, continuam encontrando um alto valor no projeto e recorreram ao grupo de trabalho para fortalecer seus debates nacionais. Cabe destacar que os colegas da América Central e do Caribe - especialmente Marco Vinicio, Nehemías López, Julia Aguilar, Jennifer Erazo e Paula Rodríguez - e os da Bolívia, Chile e Uruguai foram os primeiros a

realizar simultaneamente processos de discussão sobre a transformação socioecológica em nível nacional. Os colegas dos projetos regionais da FES Tributação, María Fernanda Valdez, Nueva Sociedad, Pablo Stefanoni; e FES Sindical, Álvaro Coronel e Álvaro Padrón merecem uma menção especial, por sua permanente cooperação.

Somos muito gratos a todos os colegas da FES no México que nos apoiaram desde o início com seus contatos e redes, e abriram as portas para suas contrapartidas. Finalmente, gostaríamos de agradecer aos colaboradores da fundação em Berlim: Jochen Steinhilber, Nina Netzer e Claudia Detsch, pela inspiração inicial; Manuela Matthes, sua equipe e os outros coordenadores regionais da temática, pela constante troca de ideias e pela luta para promover uma visão alternativa dentro da social-democracia; Svenja Blanke, por ter garantido a autonomia do projeto e a confiança em nosso trabalho, e Valeska Hesse pela sua disposição e apoio.

Com este livro inicia-se a segunda fase do projeto: um processo de difusão e debate na América Latina e, esperamos, além dela. Esperamos que as orientações deste enfoque fortaleçam e promovam novas visões para a região e contribuam para ampliar os debates sobre o desenvolvimento em outras partes do mundo.

INTRODUÇÃO

Entendemos a transformação socioecológica como um paradigma em construção. Por essa razão acolhe, articula e projeta contribuições surgidas nos mais diversos âmbitos de ação e reflexão que buscam respostas e saídas para as crises socioambientais na América Latina e no contexto global. O livro *Já fomos longe demais - Por uma transformação socioecológica na América Latina* (2019), objeto desta sinopse, pretende articular de forma coerente e com utilidade prática a abundante informação disponível sobre a situação social e ambiental.

O primeiro bloco do livro apresenta, em uma visão panorâmica de longa duração, as crises sociais e ambientais que levaram ao condicionamento do presente em escalas global e regional. O segundo oferece a integração conceitual de nossa proposta de transformação socioecológica resultante da consideração dessas crises e da estruturação propositiva de um marco de definições, princípios, metas e objetivos que permitem pensar de forma unitária visando um horizonte desejável e compartilhado. Finalmente, um terceiro bloco oferece propostas de políticas nas diferentes áreas da institucionalidade, economia, condições de trabalho, consumo, setores produtivos, território e cultura, com uma seção final dedicada à proposta de uma matriz de indicadores relevantes para a transformação socioecológica.

O livro destaca duas dimensões da crise: a desigualdade estrutural e a deterioração ambiental. Ambas associadas a condições

do capitalismo globalizado, alcançando uma magnitude que impõe um grave perigo para a reprodução da vida humana e natural em escala global.

A violência, o desalojamento, o desmantelamento dos modos de vida tradicionais, a expansão descontrolada das atividades econômicas e das cidades, o abuso dos trabalhadores, a marginalização e a exclusão estão inseparavelmente vinculados aos vários processos de acumulação ilimitada de capital, bem como aos padrões predatórios e a poluição que esgotam os recursos naturais, empobrecem a biodiversidade e degradam os ecossistemas.

A América Latina e o Caribe, uma das regiões mais desiguais do mundo e cujas economias são historicamente dependentes dos recursos naturais, não escapa do contexto de crise do capitalismo.

O atual capitalismo globalizado - apesar dos benefícios reconhecidos de melhoria das condições de vida - reproduz e amplia a tendência à concentração crescente da renda da economia. Esta é agora intensificada pela predominância das finanças especulativas e pelo deslocamento de cadeias produtivas sob o controle de empresas multinacionais, que retêm conhecimento e tecnologia e se apropriam de níveis de valor mais elevados em detrimento das sociedades periféricas.

Em nosso continente persistem e aumentam o mal-estar e a conflitividade que nascem das carências, da pobreza e de exclusões social, étnica e de gênero. Da mesma forma, a deterioração ambiental se estende e se aprofunda, o que, em todos os níveis, provoca a redução das contribuições da natureza que até recentemente eram consideradas praticamente inesgotáveis.

Ainda que os condicionamentos globais sejam relevantes, as ações transformadoras e substanciais em escala regional, nacional e local não são impossíveis. É possível construir novos enfoques que vinculem as dimensões democráticas e socioecológica da vida em comum e que, de maneira holística, inter-relacionam os fatores que determinam a evolução estrutural das sociedades.

Nossa proposta é entender a transformação socioecológica como um processo de mudança sistêmica; uma mudança da configuração da relação sociedade-natureza e da estrutura de posições sociais que - nas condições dadas de cada sociedade - gere ciclos virtuosos entre a

suficiência da provisão de bens básicos, maior igualdade distributiva e melhoria da capacidade de regeneração dos ecossistemas.

Neste sentido, a transformação que advogamos tem como horizonte um bom convívio na diversidade (“viver bem uma vida boa”) baseada em uma social-democracia e uma economia plural e resiliente voltada para o bem-estar equitativo e sustentável em sociedades nas quais se expressam as ideias, culturas e interesses dos diversos atores que as compõem.

Quatro eixos de propostas de políticas derivam do enfoque conceitual, que articulam e orientam as ações: a) no âmbito das instituições, o fortalecimento do Estado democrático e social de direito; b) no âmbito da economia, sua diversificação, falta de foco, inclusividade e resiliência; c) no âmbito do território e das cidades, a recuperação de seu planejamento, ordenamento e gestão pública; d) no âmbito da educação e cultura, a transformação de padrões de consumo, o fomento da aprendizagem, inovação técnico-científica e democracia cultural.

A primazia do Estado democrático e social de direito assume o propósito de garantir não apenas a legitimidade de origem da democracia, mas também a legitimidade de seu exercício quanto a capacidade de produzir resultados tangíveis para o suprimento de condições de vida e oportunidades à população, assim como para o sustento do regime de direitos.

Uma economia de bem-estar equitativo e sustentável na região necessita atuar para superar a excessiva dependência do extrativismo. Portanto, demanda o estímulo de outros setores para ampliar a participação e a renda das atividades produtivas a todos os membros da sociedade, assim como para promover os modelos de produção e consumo saudáveis e sustentáveis.

As capacidades redistributivas do Estado devem ser ampliadas, assim como sua participação em setores estratégicos, a salvaguarda e a promoção do trabalho decente e a economia social de solidariedade e cuidado. Os sistemas energéticos devem avançar para uma democratização da tomada de decisões no setor, para uma geração baseada em fontes limpas e para a solução dos problemas de acesso da população. A reindustrialização deve ser promovida em circuitos

limpos de produção e consumo que aproveitem as possibilidades de reciclagem e geração de maior valor agregado nas cadeias produtivas. O setor dos serviços deve ser ampliado e fortalecido para melhorar as condições de vida, bem como para diversificar e renovar a economia, colocando a ênfase nos serviços de assistência. A agricultura deve produzir alimentos suficientes e de qualidade para a população sem prejudicar os ecossistemas ou a biodiversidade, e ampliar a participação dos modelos de economia familiar camponesa.

O território que hoje é tratado como um espaço inerte, sujeito aos interesses do capital, sobre o qual a exploração dos recursos naturais avança e as cidades se expandem em crescimento descontrolado e inorgânico, deve ser recuperado como uma construção social equitativa, saudável e sustentável.

A cultura, hoje sujeita também aos interesses do capital que controlam a ciência e a tecnologia e pressionam para o consumismo e a homogeneização da diversidade, deve ser recuperada como espaço no qual são reproduzidas e renovadas as práticas, os valores e os sentidos da vida.

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

CAPÍTULO I

**As crises sociais e
ecológicas no mundo e
na América Latina**

Nossa proposta de transformação socioecológica fundamenta-se em um diagnóstico das condições sociais e ambientais do continente no contexto global. Partimos do pressuposto que vivemos uma mudança de período no qual as atividades humanas têm um impacto profundo no planeta e os desequilíbrios são agravados como consequência de diferentes processos históricos de longa duração, especialmente devido ao auge do regime econômico vigente de concentração ilimitada de capital.

1.1 As crises globais

Em termos de eras geológicas, há quem considere que hoje vivemos no Antropoceno, uma era em que a intervenção maciça da espécie

humana está causando transformações profundas nos ecossistemas, colocando em risco as condições de vida no planeta. As taxas de crescimento populacional nas zonas mais pobres, os padrões desiguais de distribuição da terra e dos recursos e a expansão insustentável das atividades econômicas até os confins da Terra acarretam, entre outros prejuízos, o crescimento insustentável das cidades, depredação dos recursos naturais, poluição da biosfera e a deterioração dos fluxos biogeoquímicos dos quais dependem os processos da vida.

A era da colonização europeia de vastas áreas do mundo trouxe consigo o que Angus Maddison (2004) chamou de “capitalismo de guerra”, um complexo produtivo global sustentado pela expropriação da terra e do trabalho de grandes populações.

A herança das economias coloniais baseadas em apropriação predatória dos espaços e domínio oligárquico dos recursos minerais e agrícolas explica, em grande parte, porque os países com maior desigualdade de distribuição de renda encontram-se na América Latina.

O capitalismo de guerra contribuiu para o início da Revolução Industrial na Grã Bretanha e sua extensão pela Europa e América do Norte. Este evento foi seguido por outras revoluções tecnológicas que impulsionaram a grande dicotomia econômica entre o Ocidente e o resto do mundo com um punhado de países com alta renda e uma grande maioria com baixa renda. A Revolução industrial deu início a um extraordinário crescimento econômico medido pelo PIB mundial. Se por um lado proporcionou a milhões de pessoas a saída da indigência material, simultaneamente reproduziu profundas desigualdades e criou novas formas de violência estrutural.

O capitalismo desarticulou agressivamente os modos produtivos das sociedades tradicionais, fraturando as relações que existiam entre suas culturas e a natureza. Erodio, também, a pluralidade de instituições como a reciprocidade e os intercâmbios solidários para encastrar as atividades produtivas na economia de mercado com fins de lucro. Para Immanuel Wallerstein, o que define o capitalismo contemporâneo não é a mera existência de pessoas ou empresas produzindo para vender no mercado com a intenção de obter lucro nem a presença de assalariados, que existem a milhares de anos, mas, em suas palavras: “estamos em um sistema capitalista somente

quando o sistema dá a prioridade ao acúmulo incessante de capital” (Wallerstein, 2005, págs. 40-41).

O “sistema-mundo” vigente tornou-se um capitalismo globalizado predominantemente financeiro e baseado na renda. Exibe uma tendência crescente à concentração do lucro da economia e ao aumento do peso das finanças especulativas. O deslocamento produtivo das cadeias industriais em escala global permitiu, cada vez mais, que conglomerados multinacionais controlassem a tecnologia, o design, a produção e distribuição de bens e serviços, que são objeto do comércio internacional mediante a terceirização dos segmentos formados por empresas menores distribuídas pelo mundo. Muitos países periféricos beneficiam-se das cadeias de valor apenas através de atividades de valor econômico limitado e sem maiores inovações tecnológicas. Uma nova dinâmica global de ganhadores e perdedores em escalas global, nacional e local foi criada, o que contribui para explicar os surtos de xenofobia e protecionismo em alguns países privilegiados.

Desde a Revolução Industrial, e em especial a partir da segunda metade do século XX, os indicadores das condições de vida melhoraram em escala global. Em 1820, no Ocidente, a expectativa de vida ao nascer era de 36 anos e em 2015 era de 71,4 anos em média no mundo. Entretanto, a melhoria média do bem-estar humano ocorre em um contexto onde ainda persiste uma lacuna entre os que conquistam uma vida digna e aqueles que têm condições mínimas para satisfazer as necessidades para a sobrevivência.

Embora os indicadores de renda mostrem que a população que vive abaixo da linha da pobreza tenha diminuído, ela ainda persiste e uma parte significativa dela vive em condições de pobreza extrema. O mesmo acontece com os indicadores de deficiência alimentar: o número de pessoas afetadas diminuiu, mas a desnutrição e a fome estão longe de serem erradicadas do mundo.

Mesmo quando a desigualdade de renda - considerando os habitantes do planeta como um conjunto - cresceu de forma constante até os anos 90 do século XX, desde então diminuiu, especialmente pela ascensão dos países asiáticos. Inclusive no interior de alguns países foi possível diminuir a desigualdade consideravelmente graças a algumas decisões internas, mas os indicadores estão longe de ser

estáveis ou homogêneos e refletem variações sensíveis, dependendo das margens de liberalidade que se concede ao capital e das políticas de redistribuição de cada país. Nesse contexto, a América Latina e o Caribe são das regiões com os mais altos indicadores de desigualdade de renda no mundo.

Quadro 1. Coeficientes de Gini médios (não ponderado) por regiões do mundo, com base nas pesquisas de renda ou consumo por domicílio.

Varia de 0 (menor desigualdade) a 1 (maior desigualdade)

Regiões	Núm. De países	1993	Núm. De países	2013
Leste Europeu e Ásia Central	13	0,339	23	0,314
Países industrializados	21	0,314	20	0,318
Oriente Médio e Norte da África	5	0,398	2	0,334
Sul Asiático	4	0,310	3	0,362
Leste Asiático e Pacífico	9	0,378	7	0,373
África Subsaariana	20	0,476	9	0,438
América Latina e Caribe	21	0,490	20	0,480
Mundo	91	0,401	81	0,371

FONTE: Banco Mundial (2016, p. 86)

O impacto das sociedades no meio ambiente sofreu uma aceleração vertiginosa no último meio século em escala global e demanda medidas urgentes. A população humana alcançou mais de 7,4 bilhões de pessoas, o que implica uma enorme pressão sobre a biosfera e extração de recursos naturais, além de requerer a solução de problemas sociais que se agravam. As cidades cresceram. Agora a metade da população vive nelas e a demanda para alimentá-la tem levado ao aumento da proporção de terras agrícolas e pastagens para o gado ocupando até um terço da superfície do planeta.

Um padrão predatório nas condutas e práticas econômicas que se tornou o principal fator de ameaça para a contribuição da natureza. A sustentabilidade dos recursos pesqueiros — que são fonte vital de

alimentação — encontra-se em risco por práticas nocivas e má gestão. O mesmo acontece com as florestas pelo desmatamento, responsável pela desertificação de milhões de hectares a cada ano, com efeitos negativos sobre a água e atmosfera.

Foram ultrapassados os limites planetários da sustentabilidade ambiental: o da mudança climática e o da integridade da biosfera (Steffen *et al.*, 2015). Há um consenso científico quanto à origem humana das mudanças climáticas e do aquecimento global, efeitos que provocam fenômenos meteorológicos extremos como inundações, secas, ondas de calor, aumento do nível do mar, perda de massa dos mantos de gelo, acidificação dos oceanos, calcificação dos corais e arrecifes, entre outros. As perturbações provocam efeitos em cascata sobre os ecossistemas e na diversidade de espécies animais e vegetais, inclusive a humana. O rendimento da produção de grãos alimentícios básicos (milho, trigo e arroz) sob perdas crescentes devido a pragas, insetos, patógenos e ervas daninhas, assim como pelo impacto do aumento das temperaturas.

Em 2015 foi assinado o Acordo de Paris como compromisso internacional para reduzir os gases de efeito estufa e não ultrapassar o aumento em 1,5 °C na temperatura global. Este compromisso foi o mais importante, em termos ambientais, para o reconhecimento dos riscos e estabelecimento de metas globais, contudo, alguns países não o ratificaram, e os EUA retirou-se do acordo. Os órgãos ambientais advertem que as metas deveriam ser ambiciosas e que, ao não se cumprir as propostas, os danos serão graves para a sociedade humana; não apenas em relação ao crescimento econômico, mas também com relação à saúde, aos meios de subsistência, à segurança alimentar e ao abastecimento de água. O fator primordial quanto à mudança climática é a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, o principal entre os seis gases de efeito estufa. As emissões provêm, majoritariamente, dos combustíveis fósseis que movimentam grande parte da economia global: o transporte, a geração de energia elétrica, a indústria, e assim por diante.

Faz-se necessária uma rápida transição para tirar a humanidade da atual era da combustão; e essa transformação não deve ser feita porque os combustíveis fósseis - carvão, petróleo ou gás natural - estão

esgotados, mas porque tornará possível evitar a mudança climática a custos cada vez mais acessíveis.

A humanidade está à beira do que poderia ser o sexto maior evento de extinção de espécies na Terra se a mudança climática não for contida. Mais de 25.000 animais e plantas estão em perigo de extinção. Se a atual taxa de emissões de gases nocivos e o aumento da temperatura forem mantidos, cerca de 60% dos insetos e mais de 40% dos vertebrados seriam extintos (Warren *et al.*, 2018). O desmatamento é outro fator causador de perda de biodiversidade, com a expansão insustentável da agricultura e da indústria madeireira como seus principais agentes. A maior perda de florestas e o maior aumento da área agrícola ocorreram em países tropicais e de baixa renda. Soma-se a isso a degradação dos solos pela mudança climática e as diferentes atividades econômicas e formas de ocupação humana. Prevê-se que a maior parte das futuras degradações ocorram na América Central e do Sul, na África Subsaariana e na Ásia, o que poderá afetar cerca de 3,2 bilhões de pessoas e provocar a migração forçada de 50 a 700 milhões de pessoas até 2050.

1.2 A nova era na América Latina e Caribe

A América Latina e o Caribe são uma região heterogênea do ponto de vista social, cultural e ecológico, o que representa mais uma riqueza do que uma limitação à vida. É o lar de um vasto espectro ambiental que vai desde tórridos ambientes tropicais predominantes até paisagens neoantárticas frias, bem como sociedades altamente diversificadas com profundas diferenças e lacunas entre grupos e classes. É o continente com as sociedades mais desiguais do mundo, apesar de se constatarem tendências à redução dessas desigualdades, e de algumas das mais graves carências materiais de suas sociedades.

Em 2018, sua população alcançou 635,2 milhões de pessoas, consolidando a transição demográfica com um crescimento médio anual de 1%. Seus países são classificados como faixa média pelo nível

de renda em escala internacional e a maioria de seus habitantes, 80%, vive em cidades, apesar de nelas serem registrados elevados índices de violência e marginalidade (ONU, 2017).

Os Estados nacionais que surgem no século XIX assumem uma função articulatória quanto ao território, economia e legislação e contribuem na formação do que pode formar o que pode ser reconhecido como pactos fundacionais na ordem da governabilidade, divisão social do trabalho e distribuição de renda. Tais pactos têm por objetivo amenizar as desigualdades sociais e conflitos distributivos originados pela concentração da propriedade, da renda e das oportunidades, sem que esses objetivos tenham sido plenamente alcançados. Embora alguns governos tenham aumentado as capacidades distributivas do Estado, a desigualdade social persistiu estruturalmente; agora combinada com a crescente deterioração ambiental. O crescimento econômico, que não conseguiu superar o padrão histórico dependente da exploração dos recursos naturais e suas externalidades negativas, somado a outros fatores, contribui para reduzir a biodiversidade e a provisão de bens da natureza.

Na primeira metade do século XXI produziu-se em diversos países, com diferentes opções de políticas públicas, uma forma de “novo retorno do Estado” com um aumento da pressão tributária, políticas sociais mais ativas e algumas políticas de diversificação produtiva. Nesse processo, Governos de forças ligadas a várias formas de progressismo tornaram-se majoritários e levaram a cabo políticas redistributivas, embora poucas dessas políticas tenham sido de diversificação produtiva estendida.

As condições econômicas, políticas e sociais melhoraram desde o início do século XXI, mas de modo instável, com desarranjos e retrocessos. A instabilidade dos preços das matérias-primas, de cujas exportações continua-se dependendo, torna altamente voláteis as conquistas das economias e acarreta altos custos sociais e ecológicos. A democracia, a forma de governo predominante na região, vivencia uma perda generalizada de prestígio devido aos níveis de corrupção prevalentes e sua baixa capacidade de responder às demandas das sociedades. O retrocesso a formas de governo personalistas ou autoritárias está na ordem do dia em alguns países.

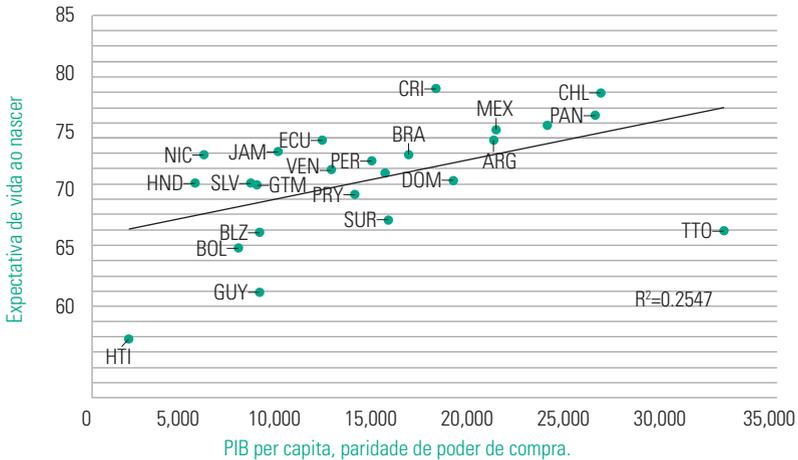
Por outro lado, a diminuição de conflitos armados em vários países não impediu a expansão da violência no tecido social, vinculada às desigualdades socioeconômicas, a segregação social e o tráfico de drogas. Atualmente o continente ostenta uma das mais altas taxas de homicídios do mundo.

Para além do PIB per capita, os países obtêm melhores ou piores resultados de bem-estar médio de sua população medido pela expectativa de vida ao nascer¹. A situação é semelhante quando se compara o PIB per capita com o indicador de mortalidade infantil, o que mostra que as políticas implementadas por certos países fazem muito para melhorar a situação das categorias e grupos com condições materiais de vida mais precárias.

A informalidade no mercado de trabalho é um dos fatores principais por trás das disparidades intrarregionais nas condições de bem-estar da população. No continente chega a ser muito alta a porcentagem da população em atividades não reguladas pelo Estado ou insuficientemente cobertas pela legislação, o que pressupõe um acesso à renda, mas em condições precárias. Segundo a OIT (2018), a informalidade teria sido recuperada desde 2016 alcançando 50% dos trabalhadores, e alguns países têm indicadores superiores. Adicionalmente, fatores como as políticas neoliberais, a desigualdade de gênero, a localização rural ou urbana e as diferenças de produtividade

1. A expectativa de vida ao nascer é um dos mais importantes indicadores diretos de bem-estar da população. Constata-se uma correlação relativamente significativa (o coeficiente de determinação R^2 é de 0,25) entre o nível do PIB per capita e a expectativa de vida ao nascer na região (Gráfico 1). Contudo, registra-se uma importante dispersão. Embora países com maior expectativa de vida ao nascer estejam situados nos níveis médio e alto do PIB per capita, há casos como de Trinidad e Tobago, país com o maior PIB per capita da região — por sua indústria de gás e refino de hidrocarboneto —, que ostenta uma das mais baixas expectativas de vida ao nascer. Há também casos de países com menor PIB per capita que outros, mas maior expectativa de vida ao nascer, como Costa Rica em comparação com Panamá, Uruguai, Argentina e México. Da mesma forma, alguns países alcançam um PIB per capita similar mas registram diferenças significativas em expectativa de vida ao nascer, como Costa Rica em comparação a República Dominicana e Brasil, ou mesmo El Salvador em comparação à Bolívia. Outros têm um PIB per capita muito distinto e ostentam expectativas de vida ao nascer similares como Equador em relação à Argentina, Haiti em relação à Guiana ou Paraguai em relação a El Salvador e Guatemala.

Gráfico 1. Expectativa de vida ao nascer e PIB per capita na América Latina e Caribe 2018, (24 países)



FONTE: Fes Transformación, 2019, baseado em dados do FMI e do PNUD.

ARG – Argentina, BOL- Bolívia, BRA - Brasil, BLZ - Belize, CHL - Chile, CRI - Costa Rica, ECU - Equador, SLV - El Salvador, GTM - Guatemala, GUY- Guiana, HTI- Haiti, HND - Honduras, JAM - Jamaica, MEX- México, NIC - Nicarágua, PAN -Panamá, PER - Peru, PRY- Paraguai, DOM - República Dominicana, SUR - Suriname, TTO - Trinidad e Tobago, VEN - Venezuela

entre setores econômicos, entre outros, afetam o mundo do trabalho. A desigualdade de renda entre os grupos e classes sociais persiste como um dos fenômenos notáveis: por um lado, a tendência a sua redução diminuiu de maneira significativa nos últimos anos, e, por outro lado, a participação dos grupos de maior renda é mais alta e, em alguns países, pode não haver diminuído. Entre 2002 e 2008 a média simples do coeficiente de Gini da região reduziu-se a um ritmo de 1,5% anual, a 0,7% anual entre 2008 e 2014, e 0,4% anual entre 2014 e 2016 (CEPAL, 2018).

O *boom* extrativista das últimas três décadas pressupôs uma reprimarização das economias depois dos ensaios prévios de industrialização por substituição de importações. Assim, a América Latina tornou-se muito mais dependente dos setores extrativos do que era antes com consequências sociais e ambientais negativas, entre as quais

um acelerado processo de concentração de terras e uma multiplicação de conflitos por vulnerabilização de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de populações inteiras. Hoje, pode-se falar de um neoextrativismo que, no entanto, não demonstra conseguir diminuir de modo consistente as fraturas sociais (Svampa, 2017).

A enorme riqueza da América Latina e Caribe em biodiversidade e ecossistemas, cujas contribuições são vitais para suas sociedades e para o planeta, encontra-se sob ameaça. Alguns padrões como os de extração em massa de recursos, agricultura industrializada e povoamento desordenado estão perdendo sua resiliência.

A região compreende 12% da superfície terrestre, inclui 20% das áreas chave de biodiversidade da Terra, mais de 30% dos recursos disponíveis de água doce e quase 50% das florestas tropicais. Abriga 29% das plantas com sementes, 35% dos mamíferos, 35% dos répteis, 41% das aves e 51% dos anfíbios; somando 122 mil espécies correspondentes a estes grupos, junto a um terço da fauna piscícola de água doce (com 5 mil espécies) e ao menos um terço das plantas utilizadas pelos humanos. É uma fonte única de recursos para as sociedades em termos de alimentos, refúgio, água potável, ar puro, mitigação de inundações, controle de doenças e pragas, entre outras. A região contribui para a regulação da polinização, do clima e da qualidade do ar e aportes não materiais como paisagens excepcionais e locais sagrados, além de contribuir para a continuidade e identidade cultural das populações.

A América Latina e o Caribe são habitados por 13% da população mundial, mas contêm 40% da capacidade mundial dos ecossistemas para produzir materiais baseados na natureza consumidos pela população. Tais aportes respaldam diretamente setores como a agricultura, a pesca, a silvicultura e o turismo que em conjunto representam 15% do PIB da região, 17% da força trabalhista e 50% de suas exportações (IPBES, 2018).

Entretanto, sob os atuais sistemas de governança, a biodiversidade e a contribuição da natureza às pessoas diminuíram, em média, nos últimos 12 anos, embora os casos bem sucedidos de proteção ou de inversão das degradações demonstrem que ainda é possível progredir.

Mapa 1. Conflitos vinculados à mineração na América Latina



FONTE: Banco de dados do Observatório de Conflitos na Mineração da América Latina (janeiro, 2019).

A biodiversidade está sob pressão na América Latina e Caribe: 65% das contribuições da natureza à população em todas as unidades de análise está declinando e 21% delas está declinando fortemente.

A América Latina e Caribe tem uma maior biocapacidade por habitante (5,3 gha, hectares equivalentes) que a média mundial (1,6 gha), mas sua pegada ecológica por habitante (2,7 gha) é minimamente inferior à mundial (2.8 gha).

Os indicadores de pegadas ecológicas e emissões de gases de efeito estufa permitem apreciar os impactos diferenciados das economias dos países dependendo do predomínio de setores produtivos mais ou menos poluentes.

Existe uma correlação relativamente significativa entre o nível de PIB per capita e a pegada ecológica, isto é: a soma de emissões de CO₂ e de uso de recursos da terra (como áreas construídas, cultivos, pecuária ou produtos florestais) do mar (como a pesca)². No entanto, existe também alguma dispersão em países com PIB per capita semelhante e pegadas ecológicas muito diferentes;³ assim como países com PIB per capita muito diferentes e pegadas ecológicas semelhantes.⁴

Em termos de ordenamento do uso do solo, as crescentes necessidades habitacionais e sua correlação com a especulação sobre o preço do solo urbano têm levado o Estado - desde suas instituições nacionais até sua esfera local - a ceder a orientação e o controle dos processos de urbanização aos mecanismos de mercado.

A América Latina e o Caribe formam uma das regiões mais urbanizadas do mundo (80%), a segunda depois da América do Norte (81%), mas suas cidades apresentam grandes desigualdades e lacunas nos serviços e infraestrutura, incluindo a mobilidade e o abastecimento de água e saneamento. Os processos de urbanização incontrolada conduzem a uma desordem generalizada, cuja atual escala põe em risco a qualidade de vida das pessoas e a sustentabilidade ambiental dos assentamentos. Os problemas agravaram-se nas aglomerações urbanas e periurbanas: desmatamento, poluição sonora, poluição e desaparecimento de rios e zonas úmidas, deterioração da qualidade do

2. O coeficiente de determinação R² é de 0,33 para 2016 (ver Gráfico 2). O país com maior PIB e pegada ecológica per capita é Trinidad e Tobago devido a sua atividade de extração de gás e refino de petróleo

3. Neste espectro estão os casos do Chile, exportador de recursos naturais, com uma pegada de 4,3 gha - cerca do dobro da do Panamá, produtor de serviços com uma pegada de 2,3 gha —; e do Brasil, com uma economia mais diversificada e 2,8 gha de pegada ecológica; em comparação com a Colômbia, um país com um elevado componente agrícola, 1,7 gha de pegada ecológica e um PIB por habitante semelhante.

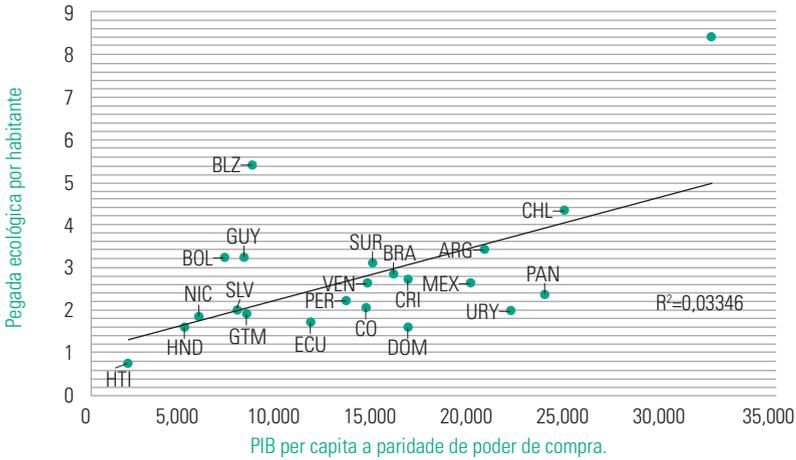
4. Os países com um PIB per capita muito diferente (de 5.000 USD a 15.000 USD) têm pegadas ecológicas similares (menores a 2 hectares equivalentes).

Diagrama 1. Degradação ambiental na América Latina e Caribe

<p>Florestas</p>	<p>Desde 1990 as áreas florestadas vem diminuindo na América do Sul (-9,5%) e América Central (-25%), embora tenha aumentado no Caribe (43,4%).</p>
<p>Água</p>	<p>Os desafios da segurança da água são problemáticos para a metade da população devido às dificuldades de acesso, à poluição e às secas provocadas pela mudança climática, entre outros fatores.</p>
<p>Habitats</p>	<p>A intensificação da atividade agrícola provocou a conversão dos habitats, desequilíbrio dos nutrientes do solo e uso intensivo de pesticidas e outros agroquímicos nos ecossistemas. Isto teve consequências negativas em seu funcionamento, assim como na qualidade do ar, da água e do solo.</p>
<p>Clima</p>	<p>Os aumentos da temperatura e da precipitação em alguns locais, como consequência das mudanças climáticas, têm um impacto negativo nos níveis energéticos das espécies e dos ecossistemas e estão associados à aceleração da morte de plantas e animais.</p>
<p>Mares</p>	<p>A biodiversidade marinha, os mangues e os recifes de corais têm sofrido um retrocesso nas últimas décadas.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2. Pegada ecológica e PIB per capita na América Latina e Caribe 2018, (24 países)



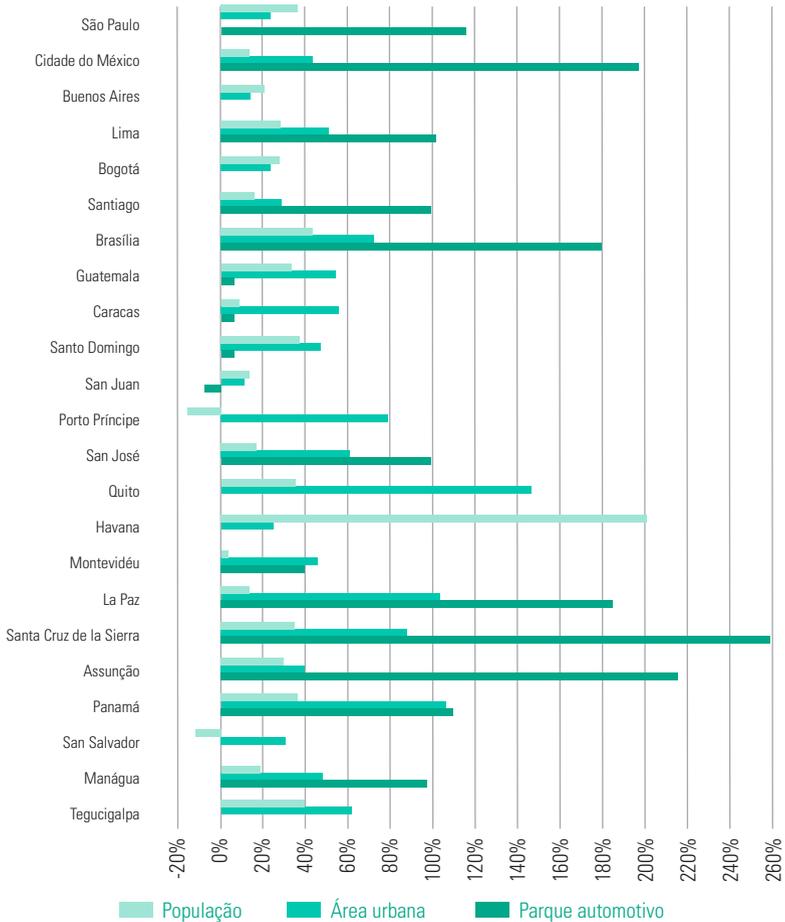
FONTE: FES Transformação, 2019

Legenda: ARG – Argentina, BOL- Bolívia, BRA - Brasil, BLZ - Belize, CHL - Chile, CRI - Costa Rica, ECU - Equador, SLV - El Salvador, GTM - Guatemala, GUY- Guiana, HTI- Haiti, HND - Honduras, JAM - Jamaica, MEX- México, NIC - Nicarágua, PAN -Panamá, PER - Peru, PRY- Paraguai, DOM - República Dominicana, SUR - Suriname, TTO - Trinidad e Tobago, VEN - Venezuela

ar, água insuficiente e tratamento deficiente ou inexistente das águas residuais, congestionamento e transportes públicos de má qualidade.

Geralmente os assentamentos dos mais pobres localizam-se em áreas de alta vulnerabilidade ambiental. Praticamente todas as metrópoles do continente estão crescendo a taxas muito dinâmicas, ocupando cada vez mais terras, expandindo a fronteira da urbanização e, portanto, da especulação imobiliária; destruindo recursos valiosos e condições ambientais e segregando cada vez mais os mais pobres em lugares cada vez mais distantes. Além disso, esse tipo de cidades gera altas emissões que contribuem para o aquecimento global pela mudança do uso do solo, mobilidade estendida e maior consumo energético.

Gráfico 3. Crescimento porcentual da população, na área urbanizada e parque automotivo de zonas metropolitanas selecionadas da América Latina e do Caribe, 2000-2015*



Fonte: FES Transformação, 2019

* A crise de mobilidade nas grandes cidades destaca-se como uma das causas das emissões de gases de efeito estufa e uma das razões dos movimentos sociais urbanos. É evidenciada pelo crescimento acelerado do parque automotivo na ordem de 7-8% anual na região —muito acima do crescimento demográfico e de economias - e traz consigo o consequente apogeu do uso do automóvel frente a ineficiência do transporte público, a atenção mínima - salvo em casos honrosos- aos pedestres e bicicletas como meios comuns de locomoção, e a expansão espacial ilimitada das cidades.

CAPÍTULO II

O paradigma da transformação socioecológica

2.1 A transformação socioecológica

Os enormes desafios socioambientais enfrentados pelas sociedades latino-americanas em escala local, regional e global, juntamente com a melhor compreensão que agora temos da interdependência das diferentes esferas da economia, da política e da ecologia, permitem-nos traçar um marco analítico e de propostas sistêmicas voltadas ao bem-estar autêntico, sem descuidar das condições de reprodução da vida humana e natural no planeta.

Entendemos a transformação socioecológica (tse) como um processo de mudança sistêmica da configuração da relação sociedade-natureza e da estrutura de posições sociais que - nas condições dadas de cada sociedade - gere ciclos virtuosos entre a suficiência da

provisão de bens básicos, maior igualdade distributiva e melhoria da capacidade de regeneração dos ecossistemas.

O regime de acúmulo ilimitado de capital pressupõe a permanência da concentração de riqueza, assim como violência e injustiças estruturais entre grupos e classes sociais, e ao mesmo tempo uma carga cada vez menos viável de atividade econômica sobre os ecossistemas que a sustentam.

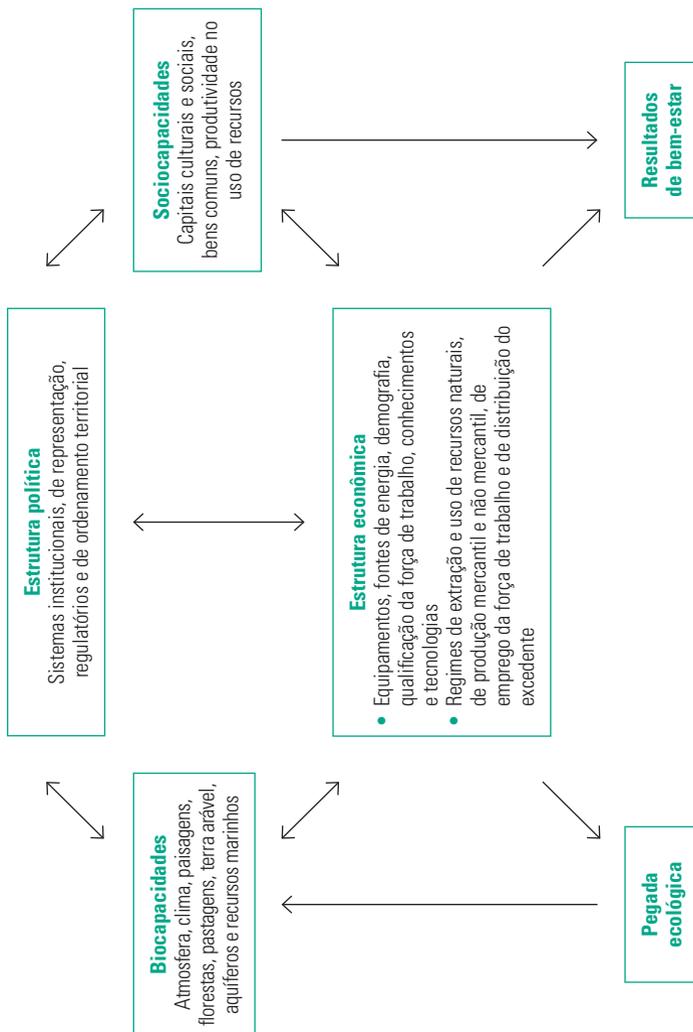
A transformação socioecológica é concebida como um processo que fomenta relações virtuosas entre as sociocapacidades e biocapacidades sobre a base das estruturas políticas e econômicas que as mediam, e cujos relacionamentos determinam tanto os resultados do bem-estar como a pegada ecológica das sociedades.

A transformação socioecológica está voltada a construção de uma democracia política e econômica que favoreça o surgimento e consolidação de instituições e práticas sociais (ou seja, sociocapacidades) que produzam níveis suficientes de bem-estar equitativo ao mesmo tempo em que preservam as condições de reprodução da vida (ou seja, biocapacidades).

2.2 Os princípios da transformação socioecológica

Os princípios orientadores fundamentais da transformação socioecológica são a solidariedade e a responsabilidade pela vida como vínculos de compromisso com o bem-estar de outros membros da sociedade no presente e também no futuro. Esta proposta parte do postulado de que o bem-estar de cada um depende, em grande medida, do bem-estar dos demais membros da comunidade a que pertence, assim como do princípio de responsabilidade com as novas gerações.

Diagrama 1. Representação das interações socioecológica



FONTE: FES Transformação, 2019

Os direitos fundamentais, a não dominação e a democracia social

Entendemos a democracia como a associação política que torna efetivas as garantias fundamentais como os direitos civis e políticos e também consagra direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, assim como sanções de todas as formas de discriminação arbitrária. Para cumprir com esta noção, a democracia deve ser presidida pelo princípio constitucional-democrático segundo o qual o poder público é constituído como um Estado de direito que procura evitar a arbitrariedade do exercício da autoridade e da opressão dos cidadãos; ao mesmo tempo, considera-se um segundo princípio de natureza cívico-republicana segundo o qual o Estado deve propor-se o objetivo de reduzir a dominação que o poder privado implica (Pettit, 2009).

Além disso, postulamos que a primazia do Estado de direito e da dominação deve conduzir a amplas formas de democracia social, o que implica o reconhecimento dos interesses e direitos dos cidadãos, assim como de suas possibilidades de intervir na vida pública a partir do lugar que ocupam na sociedade e da atividade coletiva que nela exercem; participando tanto da elaboração prévia das legislações a serem sancionadas, como na decisão direta em determinados temas mediante consulta popular (Castel, 2013).

O princípio da igualdade efetiva de oportunidades e da reciprocidade

Um governo legítimo deve tratar a todos os cidadãos com igual respeito e consideração. Posto que à distribuição econômica que uma sociedade obtém é consequência, especialmente de seu sistema legal e político, esse requisito impõe à distribuição condições igualitárias. Assumimos as seguintes abordagens de Ronald Dworkin que a igualdade se baseia na necessidade objetiva de vida de cada ser humano prosperar — seja qual for sua condição — e na responsabilidade que deve ter toda pessoa de definir sua própria vida e conseguir que prospere, enquanto a verdadeira igualdade é a igualdade no valor dos recursos que cada

pessoa tem a seu dispor e no sucesso que alcança. Para que todas as pessoas sejam autônomas em suas decisões, a ordem política deve garantir-lhes os recursos que tornem possível e que lhes permita o acesso a diferentes posições sociais.

A ética do cuidado e do reconhecimento

Uma das consequências do igual respeito e consideração a todos os membros da sociedade é a reprodução equitativa da vida e o cuidado recíproco da dignidade humana. Como assinala Carol Gilligan (2013): em um contexto patriarcal, o cuidado é uma ética feminina; em um contexto democrático, o cuidado é uma ética humana. Este conceito está necessariamente associado a áreas não-mercantis e vitais da economia, bem como a princípios democráticos, como a autonomia pública e a autodeterminação coletiva, e a valores ecológicos, como a proteção da natureza e sua preservação para as gerações futuras.

O princípio da sustentabilidade

A sustentabilidade pressupõe um equilíbrio dinâmico entre os sistemas sociais e ambientais que assegura a reprodução das condições de vida. A sustentabilidade ecológica pode ser definida como a capacidade dos ecossistemas de permanecerem diversos, resilientes e produtivos ao longo do tempo, assim como a capacidade de manter o fluxo de aportes que são essenciais à vida humana e das outras espécies. A sustentabilidade econômica, por outro lado, pode ser definida como a capacidade de um sistema econômico — desde a escala da atividade doméstica até a economia global — de permanecer diverso, resiliente e produtivo. A demanda de uma sustentabilidade sistêmica resulta da observação da fragilidade da natureza perante a expansão da economia e da interdependência comprometida de ambas as esferas. Trata-se de introduzir o princípio de que as sociedades humanas evoluam dentro de limites que impeçam a destruição irreversível de componentes fundamentais da natureza

e seu funcionamento e assegurem a provisão de bens e serviços que as sociedades necessitam.

2.3 Os objetivos da transformação socioecológica

A transformação socioecológica propõe como horizonte que cada comunidade alcance níveis de bem-estar suficientes, justos e sustentáveis em uma sociedade de convivência na diversidade; uma sociedade na qual se possa viver bem uma vida boa e exista uma esfera pública que acolha e processe os marcos democráticos, as discrepâncias inevitáveis que surgem da pluralidade social e cultural como dos interesses divergentes que emanam das estruturas produtivas. Conseguir viver bem pressupõe a construção e o desenvolvimento da existência humana com dignidade e autorrespeito. Uma vida boa se entende como aquela que persegue os propósitos éticos de cada um, o respeito pela importância da vida digna dos outros e da vida resiliente no planeta em condições de justiça.

Nossa proposição é que a riqueza não deve mais ser concebida como o acúmulo ilimitado de bens materiais e a extração infinita de recursos fornecidos pela natureza através do trabalho humano, mas como o cultivo e a reprodução criativa de condições de vida plurais e satisfatórias para todos os membros das sociedades humanas; o que implica uma transformação para aumentar os fatores de bem-estar e diminuir aqueles que prejudicam o bem-estar, a justiça e a resiliência da natureza.

O bem-estar pressupõe o respeito à integridade, à liberdade e à segurança de cada pessoa e depende em grande medida de sua inserção em um grupo de pertença e na vida em sociedade com regras e práticas de convivência e reciprocidade. Também depende da suficiência e distribuição equitativa dos recursos políticos, culturais, ecológicos e econômicos disponíveis em cada família, comunidade e sociedade de pertença, e cuja apropriação e uso é individual em alguns casos e coletiva em outros.

Quadro 1. Objetivos e políticas de transformação socioecológica

<p>O horizonte da transformação socioecológica</p> <p>Uma mudança de trajetória em direção a uma sociedade de bom convívio na diversidade, com uma democracia social e uma economia plural voltadas ao bem-estar equitativo e sustentável.</p>	
<p>Objetivos principais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer o Estado democrático e social de direito, a convivência, a participação e a liberação coletiva. 2. Diversificar estruturalmente a economia, preservar os bens comuns e ampliar o acesso a bens públicos de consumo coletivo, junto com a expansão da economia social e do cuidado. 3. Mudar a estrutura distributiva para conseguir acesso universal a condições de existência e funcionamento social dignos e igualdade efetiva de oportunidades entre setores sociais, gêneros e territórios. 4. Transformar os hábitos para torná-los crescentemente inclusivos, culturalmente diversos e sustentáveis; e com capacidade de enfrentar as causas e efeitos da violência cotidiana e da insegurança. 5. Recuperar as biocapacidades e seu uso resiliente. 	<p>Eixos de política</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Incremento das capacidades fiscais e do planejamento estratégico governamental e acordado com os atores sociais e econômicos para a reconversão socioecológica de curto e longo prazo. 2. Reconversão através de regulamentações e mudanças de preços relativos para uma produção resiliente, circular e descarbonizada, com atores econômicos plurais e desconcentrados, e ampliação do investimento e criação de emprego decente, priorizando: a) cadeias de valor seletivas com integração global ou regional de alta produtividade, não-extrativa e baseada no conhecimento, com melhoria das ligações para trás e para frente; e b) circuitos de produção de bens básicos, como habitação melhorada, alimentos e serviços saudáveis para indivíduos e comunidades, com cadeias curtas de produção e consumo. 3. Redistribuição de renda mediante redistribuições equitativas, especialmente na dimensão do gênero, do trabalho e do cuidado humano, junto com uma renda básica universal e proteção social frente ao desemprego, a doença, a velhice e as deficiências. 4. Investimento em saberes, educação, saúde, capacidades humanas, equipamentos, infraestruturas e inovação, no contexto um novo ordenamento do território em cidades inteligentes e espaços rurais integrados, com eletromobilidade e espaços públicos para uma coexistência segura na diversidade social e cultural. 5. Indução de fluxos de demanda de consumo funcional e saudável; regulação e encarecimento dos consumos não saudáveis ou ambientalmente daninhos; e ampliação dos suportes de recuperação e fortalecimento da resiliência ecossistêmica com base no estímulo das capacidades de ação coletiva e incentivo das condutas socialmente responsáveis.

FONTE: FES Transformação, 2019

Os resultados principais que a transformação socioecológica visa obter são o fortalecimento das instituições inclusivas; a participação e deliberação coletiva plural em condições de cessação da discriminação, redução das desigualdades e respeito pela diversidade cultural; o acesso universal a condições dignas de existência e de funcionamento social; a ampliação do acesso aos bens públicos e comuns; e o avanço no sentido da igualdade efetiva de oportunidades entre setores sociais e gêneros.

CAPÍTULO III

**As propostas
da transformação
socioecológica
na América Latina**

Se a desigualdade estrutural e a deterioração do meio-ambiente são as duas condições que afetam o presente e comprometem o futuro; se as transformações socioecológica devem responder a essas condições, deve responder à transformação socioecológica, então nos perguntamos pelos desafios gerais e específicos que as sociedades devem enfrentar. Dois postulados são primordiais nesse âmbito: primeiro, a necessidade de um Estado democrático de direito que assegure o exercício de um poder social efetivo e segundo, a necessidade de passar para uma economia circular, plural e inclusiva que além de incluir os múltiplos atores da produção material, fornece bens necessários para a vida e cuide da sustentabilidade e a reprodução dessa vida.

Em consonância com o enfrentamento das desigualdades estruturais, uma série de artigos analisa os desafios da distribuição equitativa dos rendimentos econômicos, dos regimes e condições de trabalho e da transição para sociedades de aprendizagem em que o desenvolvimento de sistemas de ciência, tecnologia e inovação alavancam a economia e os níveis de bem-estar. Complementarmente - em linha com a harmonização da economia e do meio-ambiente - outra série de artigos considera as situações dos setores produtivos (energia, extrativo, agricultura, indústria e serviços) e dos territórios (zonas rurais e urbanas), para gerar propostas de políticas que orientem suas dinâmicas e atividades em relações virtuosas entre a qualidade da vida humana e a preservação da natureza. Dedicamos um capítulo especial aos desafios da democracia cultural no sentido da preservação e promoção de espaços para criar e reproduzir a cultura em sociedades plurais.

3.1 Fortalecer o Estado democrático e social de direito

Uma área crucial para a viabilidade da transformação socioecológica — perante a polarização social, a violência quotidiana e a degradação ambiental — dependerá da capacidade de seus atores de reunir anseios majoritários para tornar efetiva a primazia do Estado democrático e social, assim como a conquista de novos direitos que assegurem melhores condições de vida individual e coletiva, e uma sociedade com maior capacidade de integrar positivamente a diversidade social e cultural. Trata-se da defesa política de instituições que devem estar a serviço do interesse geral e protegidas da corrupção e do abuso por parte de indivíduos particulares ou minorias oligárquicas que capturam o Estado em seu benefício.

A ação política deve estar orientada para não apenas garantir a legitimidade de origem da democracia, mas também a legitimidade de seu exercício, medida através de sua capacidade de produzir resultados tangíveis em termos de emprego, remuneração, condições de vida,

igualdade de gênero, discriminação de todos os tipos e contenção da degradação ambiental. Além disso, a ação política deve concentrar-se em conseguir que a democracia ofereça respostas eficazes a novos tipos de demandas provenientes de sociedades mais urbanas e complexas; isto é: construir uma democracia socioecológica.

- A administração estatal deve ser fortalecida institucionalmente e avançar na construção de um Estado aberto com maior participação cidadã em sua gestão.
- Os atos da administração devem estar sujeitos a mecanismos de transparência ativa e passiva, com participação dos interlocutores sociais com consulta a estes.
- Deve-se levar a carreira profissional até o mais alto nível de chefia administrativa para garantir sua idoneidade mediante o fortalecimento das normas de acesso e da promoção por mérito.
- O espaço local e seus atores devem ser a fonte de legitimidade das ações coletivas e as organizações sociais devem assumir um papel triplo de co-legislar, cogerir e monitorar.
- O Estado democrático e social de direito deve ser ativo na promoção da atividade produtiva endógena, proteção dos serviços ecossistêmicos, cobertura de riscos, disponibilização das necessidades sociais mínimas, igualdade efetiva de oportunidades e sentido de comunidade no ordenamento urbano-territorial.
- Devem ser formuladas políticas públicas ativas e monitoráveis — com indicadores de desempenho visíveis, de amplitude e magnitude suficiente — e políticas de mudança cultural voltadas a superação progressiva do modelo cultural do capitalismo global.
- Algumas políticas deverão ter uma dimensão gradual, especialmente na criação de acordos sociais e institucionais de longo prazo, por exemplo: em torno da agenda de recomposição da economia e também de imediatismo em ações que vão à raiz de problemas como a manifesta violação de direitos civis e políticos, ou a impossibilidade de garantir direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

A democracia socioecológica requer um Estado estratégico que exerça soberania sobre os recursos naturais e os bens comuns em nome dos interesses coletivos presentes e das futuras gerações; que faça crescer aquela parte da economia que satisfaz necessidades fundamentais sem subsidiar as atividades, os modos de organização obsoletos nem as atividades financeiras; que não se subordina ao mercado mas que o governa e, portanto, faz com que se diminuam as atividades destrutivas do tecido econômico e ambiental. Este Estado entende que a dinâmica de desenvolvimento não só permite a acumulação, mas também a realocação produtiva e mudança técnica, aproveitamento das externalidades e melhoria da coordenação para superar as indivisibilidades e as complementariedades do investimento e do tecido produtivo

Diagrama 1. Pactos sociais e tarefas prioritárias



Fonte: Elaboração própria.

A transformação socioecológica envolverá a intervenção do Estado em três grandes áreas: a) as funções mínimas associadas à provisão de bens públicos para consumo coletivo, segurança e economia; b) as funções intermediárias de atividades parcial ou totalmente subsidiadas como a educação, saúde e cuidados ambientais; e c) as funções dinâmicas que constituem intervenções diretas na atividade econômica como a política industrial, acesso à propriedade, regulação de monopólios, proteção dos consumidores ou a expansão dos bens comuns.

Quadro 1. Funções do Estado em democracias socioecológica

<p>A. Funções mínimas: provisão de bens públicos</p> <p>Funções soberanas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Defesa e relações exteriores • Segurança e justiça • Função pública <p>Funções sociais e econômicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento • Infraestruturas • Saúde pública preventiva • Regulação macroeconômica <p>B. Funções intermediárias: regulação de efeitos externos, cobertura de riscos e redistribuição</p> <p>Promoção e contenção de efeitos externos positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviços de educação pública universal • Formação profissional e inovação • Proteção do ambiente 	<p>Cobertura de riscos coletivos e individuais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção e assistência frente a catástrofes • Sistemas de aposentadorias e pensões • Seguros e serviços públicos de atenção de saúde e de perda de autonomia • Seguros de desemprego e serviços de reinserção <p>Regulação de emprego e redistribuição direta de renda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso ao emprego • Regras de emprego decente, salários mínimos e negociação coletiva • Transferência de renda direta às famílias e à economia <p>C. Funções dinâmicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas antimonopólio e de desconcentração, tarifação de monopólios naturais e proteção do consumidor. • Políticas comercial, industrial, energética e de coordenação produtiva intersetorial • Promoção do acesso à ativos de produção • Promoção da economia social e solidária • Proteção e ampliação dos bens comuns • Promoção da circularidade econômica
--	---

Fonte: FES Transformação, 2019

3.2 Por uma economia circular, plural e inclusiva com trabalho decente

A lógica de acúmulo ilimitado de capital privado, que atualmente prevalece em uma escala ampla e crescente, consiste em criar e reproduzir desigualdades, apropriar-se do trabalho e recursos de outros e degradar o meio-ambiente. A alternativa a essa lógica é uma transformação socioecológica dar lugar a uma economia mista sob a tutela e promoção de um Estado democrático e social com um setor público em áreas estratégicas de captação de renda, inovação e criação de valor que promova o pleno emprego; e com um setor da economia social, solidária e de cuidado voltado a se expandir substancialmente junto com um setor regulado de economia privada competitiva que respeite os padrões de trabalho decente e a economia circular; orientado a gerar fluxos de renda, consumo e investimento que incentivem transformação com equidade, de modo saudável e sustentável.

A nova economia que promovemos — coleta as diversas tradições histórico-estruturais — é uma democracia econômica na medida em que não permite que os agentes econômicos atuem fora das regras públicas, mas expressamente no quadro das regras democraticamente estabelecidas, avaliadas e controladas. Por outro lado, aloca recursos combinando modalidades centralizadas e descentralizadas com preços de mercado e com preços regulados segundo o caso. É uma alternativa à economia desregulada de mercado na qual a atividade de produção e satisfação de necessidades está voltada à maximização da rentabilidade do capital e seu acúmulo ilimitado, independentemente de seus resultados distributivos ambientais.

O propósito é criar as condições institucionais para orientar a conduta dos agentes para a maximização da inovação, do dinamismo e da geração de empregos criativos e com remuneração equitativa em processos de produção circulares, descarbonizados e resilientes. Nossa visão postula que se deve terminar com a concentração econômica e atuar contra as crises que provem do funcionamento de mercado e consequente desigualdade política, social e territorial produzida

e reproduzida em nosso continente junto com a perda de serviços ecossistêmicos e o empobrecimento da diversidade cultural.

Diagrama 2. Transformação socioecológica para um Estado democrático e social e uma economia plural, equitativa, eficiente e resiliente.



Fonte: FES Transformação, 2019

A nova economia de bem-estar equitativo e sustentável propõe uma transformação dos regimes de produção, distribuição e consumo que supere o modelo extrativo e traslade, por sua vez, para uma economia circular que assegure a satisfação das necessidades que permitem o funcionamento fundamental de todos os membros da sociedade em condições e resiliência no uso dos recursos.

O extrativismo baseado na exploração exacerbada, concentrada e com processamento escasso ou nulo não pode continuar livre de autorregulação. Deverá se submeter aos ritmos e modalidades produtivas que preservem os equilíbrios ambientais, sociais, territoriais e culturais. A economia deverá sair do modelo linear baseado em extrair, fabricar, consumir e descartar. A mudança deve estar voltada para uma economia de bens duráveis que sejam usados, reparados, desmontados e cujos materiais sejam reciclados; e também para uma simbiose industrial onde os resíduos de uns sejam insumos produtivos e de consumo de outros. A apropriação social da renda de monopólios, urbanas e de extração regulada de recursos naturais será um instrumento central de financiamento dos programas de investimento para a transformação produtiva. A reconversão da matriz energética para fontes renováveis e a transformação da produção agrícola em modelos sustentáveis serão primordiais para proteção dos serviços ecossistêmicos.

A democracia econômica supõe uma economia plural na qual se atua contra a concentração ilimitada de capital e se incentiva, coordena e planeja a mais participação de agentes de produção públicos, sociais e privados na geração e benefício de atividades produtivas e de prestação de serviços.

- Os meios de democratização econômica serão políticas de desconcentração e diversificação de atividades, ampliação do acesso a ativos produtivos, cobertura de riscos e redistribuição de renda e oportunidades educacionais, bem como melhorias nos habitats urbanos e rurais.
- Da mesma forma, serão necessárias políticas que fomentem tipos de inserção nas cadeias globais de valor que aumentem o Valor Agregado da Manufatura e ao mesmo tempo dinamizem as economias locais e contribuam para a sustentabilidade ambiental.

- Uma economia social solidária é convocada a expandir-se e a acolher em empregos formais a alta porcentagem da população atualmente na economia informal.
- As unidades econômicas do tipo associativo serão promovidas e subsidiadas com recursos públicos na medida em que o que as distingue são as suas finalidades sociais, mais do que a maximização do lucro.
- A economia do cuidado, que foi a promotora da reprodução cotidiana da vida nas sociedades e que recai majoritariamente em trabalho invisibilizado e não remunerado executado por mulheres, deve ser integrada mediante subsídios públicos e aportes comunitários aos circuitos da economia social e solidária.
- Os programas de emprego social permitirão valorizar os serviços prestados a infância e idosos (em especial aqueles com perda de autonomia) ou pessoas com déficit de capacidade, assim como serviços integradores das comunidades.
- A legislação contra o assédio e a discriminação de gênero e de qualquer tipo deve ser efetivada, e a igualdade salarial entre os gêneros, uma maior integração das mulheres no emprego formal e uma integração paritária nos cargos políticos e administrativos, nas empresas e nas atividades produtivas devem ser alcançadas o mais rapidamente possível.

A democracia econômica deve ser inclusiva e ao mesmo tempo ampliar os benefícios das atividades econômicas à população, atuando na renda do capital e redistribuindo-a mediante sistemas de tributação e transferência. Esta é a grande tarefa pendente da igualdade no continente mais desigual do mundo.

- As políticas de pleno emprego favorecerão a diminuição das assimetrias no mercado de trabalho e incrementarão os salários reais para gerar ciclos virtuosos entre redistribuição e crescimento econômico em condições de igualdade.
- A ampla provisão de bens públicos urbanos e infraestrutura social e cultural, assim como poder desfrutar dos serviços ecossistêmicos, é um elemento altamente relevante nas políticas

redistributivas das sociedades que buscam obter graus crescentes de acesso universal aos componentes do bem-estar.

- A ampla gama de impostos verdes ajudará a desestimular as atividades danosas à saúde, intensivas em emissões de poluentes e exploração de recursos naturais, além de gerar um “segundo dividendo” que poderá ser utilizado para outros fins.

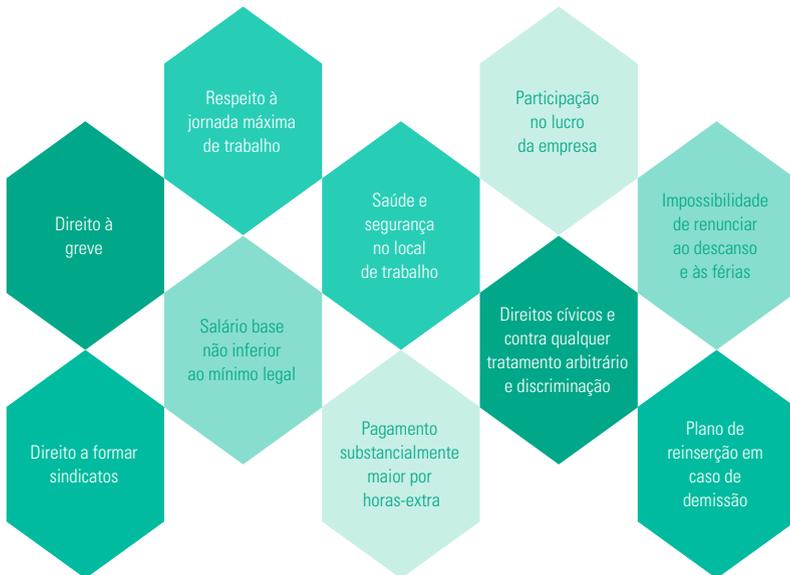
O trabalho decente é a condição de uma economia de bem-estar equitativa e sustentável. Isto envolve regular o poder de contratação das empresas, das quais depende a vida digna dos trabalhadores

- Na atual organização do trabalho de empresas e instituições, a pressão da mercantilização e maximização do lucro é feita às custas das atividades de cuidados das pessoas, famílias e comunidades; o que implica a criação de políticas que as resguardem quanto aos limites de horário, acomodação e harmonização do trabalho com as responsabilidades do cuidado como uma troca na cultura do tempo.
- O fator chave na distribuição primária de renda é a intervenção pública para diminuir as assimetrias de poder —que existem a favor do capital da empresa— com o objetivo de equilibrá-la a favor dos assalariados e, além disso, permitir a estabilidade dinâmica do emprego.
- Uma abordagem de flexigurança, que não prejudique os direitos, permite às unidades produtivas adaptarem-se às novas circunstâncias em que operam e que, ao mesmo tempo, permite aos assalariados aumentarem seus rendimentos em função dos aumentos de produtividade alcançados pela empresa, manterem os rendimentos em caso de desemprego e terem acesso a formação para reinserção no mercado de trabalho, ou seja, um componente de coparticipação e segurança na relação trabalhista.
- Expandir a responsabilidade social da empresa pressupõe reinterpretar seus objetivos muito além da maximização do lucro em seus ganhos sociais: qualidade dos produtos, ética nos

negócios, humanização das relações trabalhistas e atividades ambientalmente corretas.

- A legislação trabalhista deverá codificar muito além do contrato individual — um valor fundamental da coesão social — pois, deve reconhecer que tais contratos podem não ser mutuamente benéficos, não ter a capacidade de preservar a dignidade humana no trabalho nem gerar a distribuição de renda tolerável para toda a sociedade.

Diagrama 3. Codificação das relações trabalhistas



Fonte: Elaboração própria.

3.3 Por uma mudança nas práticas de consumo, nos sistemas de produção e nos usos de território

Uma crítica mais profunda do capitalismo permitiu compreender sua dependência de determinados padrões de consumo que deveriam ser modificados. De uma perspectiva socioecológica, a mudança desses padrões (da mesma forma que os desenvolvimentos científicos e tecnológicos nos diferentes setores produtivos e novos enquadramentos de problemas sociais e de ocupação de território) poderia favorecer as vias de saída para superar as tendências inorgânicas prevalentes.

As alternativas ao consumo crescente e insustentável de efeitos nocivos no tecido social e no meio ambiente poderão ser viáveis a partir de uma mudança cultural que harmonize a satisfação das necessidades materiais com um bom viver. Do mesmo modo, os avanços atuais e futuros quanto a tecnologias de geração de energia limpa, criação de sistemas alimentares sustentáveis e mudanças planejadas no uso do território e na vida das cidades e áreas rurais visam a oportunidade real de aumentar o bem-estar das maiorias com menor renda, reduzir as desigualdades, conter a depredação da natureza e por um fim às emissões de gases de efeito estufa na América Latina e Caribe até meados deste século.

Harmonizar o consumo com o bom viver

O consumo de bens e serviços é essencial para a reprodução da vida, mas foi perturbado no capitalismo, pois este necessita de sua expansão incessante e acelerada como promotor e mantenedor dos sistemas produtivos. O desaparecimento de desejos construídos artificialmente (como a ostentação e esbanjamento), um entendimento novo do prazer de viver, de desfrutar do tempo e da boa vida, de mesma forma que as ideias e condutas de apreço e respeito pela natureza podem contri-

buir para desativar recursos contraproducentes do atual modelo social e cultural.

- Para trasladar a modalidades de consumo menos nocivas ao meio ambiente é necessário promover e apoiar mudanças na educação e na cultura, assim como nos modos de organização da vida cotidiana e nas relações sociais: na família, na comunidade, no trabalho, no transporte e no tempo livre, entre outros.
- Estas transformações sociais e culturais têm viabilidade se forem sistêmicas, ou seja: se envolverem simultaneamente os consumidores, as empresas e o Estado em uma associação sinérgica na qual as considerações ecológicas têm espaço, são reforçadas e conseguem impactar as cadeias de produção e consumo.
- A nova organização econômica deve incluir mudanças drásticas nas modalidades de consumo e estilos de vida, abandonando aqueles bens e serviços intensivos de energia e recursos naturais.
- As mudanças no estilo de vida incluem aquelas relacionadas com os padrões de gênero na divisão social de trabalho, que acontecem majoritariamente às custas das mulheres no mercado de trabalho e na esfera familiar.
- Uma sociedade sustentável deve ser também uma sociedade de cuidados porque significa a plena integração dos custos de produção e reprodução da vida humana e não-humana, assim como os da reprodução da natureza nas considerações da economia e do próprio sentido da vida.

Diagrama 4. Mudanças nas práticas de consumo



Fonte: Elaboração própria.

Aprender para transformar

Criar as condições para propiciar verdadeiras sociedades e economias de aprendizagem é um dos grandes desafios da transformação socioecológica. O aumento dos níveis de bem-estar depende da criação de estruturas e instituições que melhorem a capacidade de aprendizagem da população como um todo e aumentem seus efeitos multiplicadores para reduzir as brechas de produtividade entre empresas e entre trabalhadores, bem como para otimizar os processos produtivos em termos de desempenho ambiental e sustentabilidade.

- Os setores da indústria, serviços, energia, e assim por diante, devem responder com a celeridade necessária aos desafios que as sociedades e o meio ambiente lhes exigem e integrar-se às mudanças oferecidas pela revolução tecnológica.
- A apropriação e rentabilização dos avanços técnico-científicos por meio de patentes ou como resultado da trajetória prévia (*via-dependente*) de empresas, centros de investigação e países, coloca a necessidade de somar-se o quanto antes ao processo de construção de conhecimento. Além disso, revela que o mercado por si só tende a aumentar e não a fechar a lacuna tecnológica e que é preciso estabelecer vínculos efetivos entre os agentes privados, as instituições públicas e os sistemas nacionais de ciência e tecnologia.

Trasladar para uma democracia energética e sustentabilidade

América Latina e Caribe é uma região com excedente de energia graças a abundância de seu acervo natural. Contudo, enfrenta sérios desafios para conseguir um acesso equitativo à energia e para gerenciar democraticamente o conflito social que surge a partir da definição de preços, tarifas e projetos hidrelétricos e de hidrocarbonetos com altos impactos sociais e ambientais. Além disso o desafio de reduzir as emissões de CO₂ por habitante, que se encontram acima dos níveis requeridos para conter o aumento da temperatura no planeta, persiste.

Os avanços tecnológicos oferecem uma gama de alternativas para avançar para energias limpas e fontes renováveis - inclusive dos combustíveis com zero emissões líquidas como o hidrogênio e fluidos sintéticos, ou fontes como a eólica ou a solar - mas, além disso, a transformação socioecológica implica compreender que a energia não é um fim em si mesma, mas uma ferramenta para melhorar a qualidade de vida das pessoas em um marco de direitos congruentes com os da natureza.

É preciso entender que a matriz energética (fontes-geração-transmissão-consumo) está inserida no sistema energético que inclui os diferentes agentes e processos (empresas, oligopólios e oligopsônios ou cartéis; conflitos setoriais, estados nacionais, políticas públicas e demandas cidadãos; a matriz produtiva; grandes e pequenos consumidores; etc.) envolvidos em interações complexas nas quais o que está em risco é o cuidado com o ser humano e a natureza.

Há três ações estratégicas no setor que são claras:

- Estabelecer prazos para fechar o ciclo dos fósseis e trasladar para uma matriz de fontes renováveis utilizadas de maneira sustentável. Isto inclui estabelecer metas de redução efetiva da extração e uso da energia.
- Estabelecer uma forte ação contra a desigualdade energética e pela eliminação da pobreza energética, o que implica superar as condições indignas, inseguras e insuficientes nas que os setores de menores recursos acessam a energia tanto em termos quantitativos como qualitativos. A energia pode ser concebida como uma ferramenta fundamental na hora de fortalecer mecanismos de redistribuição da riqueza.
- Democratizar as políticas energéticas, desconcentrá-las dos Estados nacionais e dos círculos de “especialistas” e expô-las ao debate público. Não apenas é possível, mas necessário entender e aprofundar a avaliação técnica e social das políticas energéticas com intuito de harmonizá-las com as melhores alternativas e seus contextos.

Abandonar o extrativismo

O freio na expansão da fronteira extrativa — especialmente de minérios, petróleo e gás — é um dos fatores mais relevantes a se considerar para uma transformação socioecológica. Em consonância com a histórica dependência dos recursos naturais, destacou-se uma “corrida para o fundo” na qual os países flexibilizam suas normativas contra os interesses sociais e ambientais e com isso permitem que ocorram

atividades extrativas nas regiões mais remotas, o que, até há pouco, eram zonas restritas ou protegidas e, assim, suscitam violações aos direitos das comunidades.

Considerando-se apenas os hidrocarbonetos, a América Latina e o Caribe aumentaram sua exploração petrolífera de 493 para 525 milhões de toneladas/ ano (6,4% de maior produção) e de gás em 22% nos anos 2008 e 2016.

Embora os setores extrativistas - independentemente dos governos e de suas afiliações políticas - tenham e continuarão a ter um lugar central na matriz produtiva da região, se outros setores da economia não se desenvolvem suficientemente, não se pode aceitar que essas atividades continuem a se expandir da mesma forma que nas últimas décadas.

Nossa proposta é de uma transição progressiva do atual extrativismo predatório para um esquema mais sensato, com um conjunto de políticas públicas que permitam construir equilíbrios ambientais, sociais, econômicos e culturais para que os investimentos respondam ao interesse público. A aposta deve ser uma matriz produtiva diversificada e sustentável, onde os setores extrativistas tenham um papel complementar até alcançar, gradualmente, níveis indispensáveis de extração.

As transições demandarão, entre outras coisas:

- Uma maior densidade e presença do Estado nos territórios, promovendo a descentralização e um maior protagonismo da institucionalidade subnacional na tomada de decisão.
- O fortalecimento de uma autoridade ambiental de caráter transectorial com autonomia e peso político.
- A discussão sobre a necessidade de critérios econômicos, ambientais e sociais para planejar a inversão extrativa, superando o atual cenário baseado em extrair o máximo no menor tempo possível.
- Garantir a participação cidadã e o direito a consulta prévia das comunidades rurais e povos indígenas.

Além disso, as transições deverão identificar e declarar zonas abertamente proibidas ou de exclusão para as atividades extrativas, principalmente as de grande escala e intensidade, para proteger os ecossistemas em risco.

Agricultura para a vida

Mais que outras regiões do planeta, a América Latina e o Caribe ainda dependem da agricultura com dois modelos concorrentes: um de culturas extensivas para exportação, principalmente de cereais, oleaginosas e carne bovina; e o outro de pequenos produtores rurais que produzem de forma diversificada para o próprio consumo e para o mercado interno. O primeiro participa da Revolução verde, que aumentou a produção agrícola e a oferta de alimentos — ainda que nem sempre de qualidade — sem haver conseguido, contudo, acabar com a fome nem com a distribuição desigual de alimentos, além de deixar enormes sequelas no meio ambiente. O segundo modelo — que repousa na agricultura familiar e acolhe os saberes tradicionais de camponeses e indígenas — pode ser considerada como uma alternativa que, ao mesmo tempo em que desenvolve uma agricultura rica em condições sustentáveis, integra e melhora a vida das pessoas no campo.

Portanto, é urgente um novo paradigma que torne compatível a obtenção de alimentos — em quantidade, qualidade e inocuidade — e outros bens e serviços para a humanidade com a manutenção da capacidade produtiva dos agroecossistemas e a integridade do ambiente local, regional e globalmente para as futuras gerações.

O modelo de agroexportação gera uma dependência de tecnologias e insumos externos que comprometem a autonomia e soberania alimentar dos países, concentra-se em poucas culturas e em variedades transgênicas, além de ocupar grandes extensões empobrecendo a biodiversidade. Este modelo altera as funções ecológicas (inclusive a regulação biótica) numa espiral em que o uso de pesticidas e fertilizantes cresce cada vez mais e a diversidade biológica é afetada com maior severidade; provocando a deterioração do solo, redução

da disponibilidade e a qualidade da água, dano à saúde devido aos resíduos tóxicos nos alimentos e desflorestamento e emissões elevadas de gases de efeito de estufa com o consequente impacto na temperatura global. Está baseado nisso a maximização dos juros do capital sem consideração aos danos ambientais que provoca, o que justifica reconhecê-lo, paradoxalmente, como um modelo de “agricultura extrativista”. A transformação dos sistemas agrícolas na região merece considerar os seguintes desafios:

- Promover a agricultura familiar, já que tem a capacidade de fornecer alimentos em quantidade e qualidade e contribuir para “esfriar o planeta” (diminuir o aquecimento global).
- Superar um modelo baseado em monoculturas e insumo dependente por outro baseado em uma maior biodiversidade e respeito às funções dos ecossistemas. Para isso é necessário um processo de transição na qual os Estados devem cumprir um papel crucial para promover a mudança mediante legislação adequada, assessoria, outorga de créditos e facilitação do acesso a tecnologias adequadas, assim como o acesso e a geração de conhecimentos relacionados.

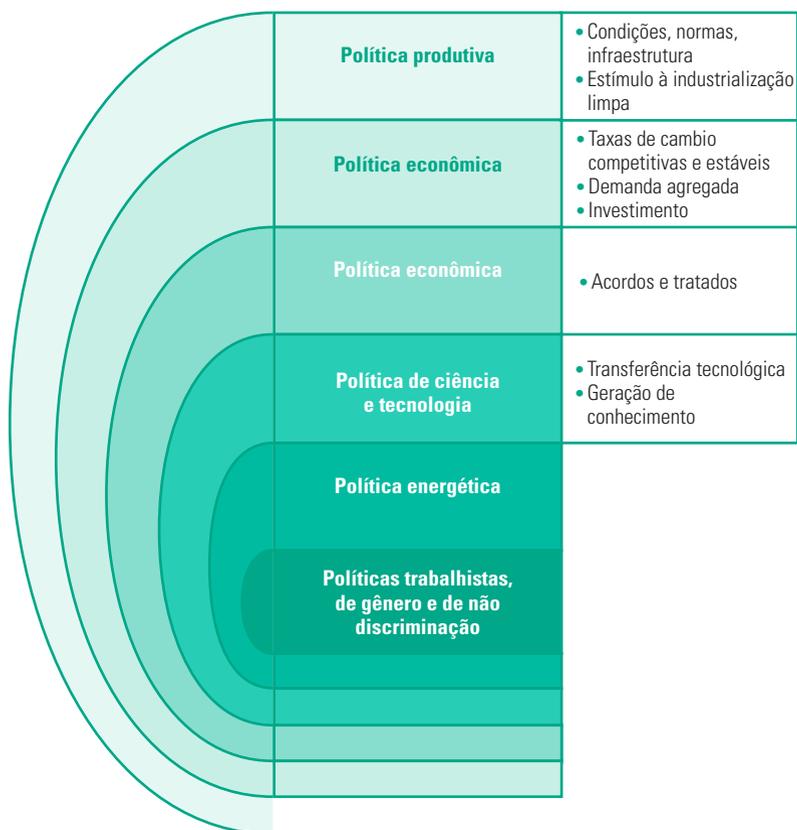
Isto pressupõe um menor uso de insumos, uma menor demanda de energia — especialmente fóssil —, um melhor nível de vida para os agricultores e menos pressão sobre as cidades, ao diminuir as causas do êxodo rural. Também implica uma melhor nutrição ao fomentar-se uma dieta variada, como a fornecida pelos sistemas de produção familiar, com baixo custo e alto valor nutricional.

Indústria de baixa pegada ecológica e maior encadeamento produtivo

Contrariamente à atual situação de repressão das economias com baixo crescimento industrial, baixa densidade e inter-relação limitada de unidades produtivas, um atraso tecnológico e integração nos níveis

mais baixos das cadeias de valor globais; a região precisa promover um processo enérgico de reindustrialização limpa e de baixo impacto ecológico que revitalize e diversifique a matriz produtiva, que amplie e aumente a qualidade dos empregos e que permita, em algum momento, superar a dependência da matriz primário-extrativa.

Diagrama 5. Complementaridade de políticas para a reindustrialização



Fonte: Elaboração própria.

A escassa industrialização e baixa diversificação da produção persistem e se aprofundaram devido ao novo sistema global de produção. A América Latina é, globalmente, a região com o menor crescimento anual na produção industrial dos últimos anos: 1.4% frente a 3% da média anual mundial, o que implica uma queda na participação da região no Valor Agregado da Manufatura global. Isto ressalta em termos gerais a tendência à desindustrialização na região, complementar a uma especialização em matérias-primas (*commodities*), manufaturados baseados em recursos naturais e serviços de baixa produtividade (CEPAL, 2016).

- Haveria maiores vantagens e oportunidades se fosse possível avançar para uma nova matriz produtiva diversificada e não concentrada em poucos produtos, ambientalmente responsável e com grande encadeamento entre setores e atividades intensivas em conhecimento.
- Isto implica uma reindustrialização dos países formando cadeias de produção subnacionais, nacionais e regionais, e entre estas seria conveniente figurar empresas estatais e associações cooperativas robustas.
- O papel ativo do Estado teria que assegurar condições, normas e infraestruturas para reduzir a pegada ecológica da atividade industrial mediante uma política produtiva que encoraje o surgimento de novos setores industriais limpos, assim como de uma variedade de empresas de serviços à produção, apoiada em um modelo energético sustentável e inclusivo.
- Para o desenvolvimento de cadeias de valor autocentradas na região, é necessário ampliar o poder de compra nos mercados internos nacionais e regionais, assim como utilizar a compra pública para a inovação empresarial em pequena escala.
- A melhora da estrutura produtiva é uma condição necessária, contudo não suficiente nem automática para a melhora social (Caetano, De Armas y Torres, 2014); esta deve vir acompanhada de política trabalhista que forneça garantias redistributivas dos benefícios para os trabalhadores e ofereça alternativas compensatórias para os empregos que se perderem nas áreas que

entrarão em declínio devido a novas tecnologias e às mais altas qualificações requeridas pelos processos produtivos.

Repensar o setor de serviços

O setor de serviços concentra cerca de 70% do PIB regional e aproximadamente 6 de 10 empregos estão nesse setor. Para todos os países da América Latina, os serviços representam a principal fonte de emprego urbano. Embora sua importância, a constante no setor é a precariedade e informalidade trabalhista. Pior sorte têm os serviços de cuidado, invisibilizados e que recaem nas costas das mulheres.

Para entender a evolução dos serviços na América Latina, principalmente dos serviços empresariais avançados, é importante considerar a industrialização incompleta da América Latina e a inserção da região na divisão internacional do trabalho. Apesar da extrema heterogeneidade do crescimento na América Latina, nenhuma das economias — mesmo as mais diversificadas — foi capaz de reproduzir os ciclos virtuosos de investimento, inovação, competição e cooperação entre empresas de diferentes tamanhos, desenvolvimento de novos processos e produtos e aumento da produtividade trabalhista dos países industrializados de alta renda ou de alguma das economias emergentes.

A melhora qualitativa do setor de serviços da economia é uma dimensão essencial para promover a diversificação produtiva e para articular-se em ciclos virtuosos com o resto das atividades econômicas. A expansão inteligente dos serviços é crucial para criar valor agregado, empregos de qualidade, melhorar as condições sociais e construir sociedades mais produtivas e igualitárias, com maior bem-estar e mais harmônicas com o meio ambiente.

É preciso uma mudança de ênfase no tratamento dos serviços nas políticas públicas latino-americanas. Antes de mais nada são necessárias políticas e instituições para o fortalecimento dos serviços públicos de diversas naturezas, assim como das empresas e dos trabalhadores autônomos que fornecem os serviços às pessoas (principalmente serviços de cuidados) e às atividades produtivas.

- Deve-se fazer um esforço especial para fortalecer e expandir os serviços públicos (saúde, educação, administração) para desenvolver os serviços empresariais intensivos em conhecimento e informação e para formalizar os serviços domésticos e de cuidados de pessoas.
- O acesso universal a serviços de cuidados de qualidade é essencial, não apenas do ponto de vista econômico-produtivo e de geração de emprego, mas também porque os cuidados correspondem a atividades fundamentais para a produção e reprodução da vida humana.
- Em termos de serviços à produção, o objetivo é aumentar as economias de aprendizagem ao longo do conjunto integrado de indústrias-serviços que utilizem de forma eficiente as possibilidades abertas pelas tecnologias.
- É preciso criar oportunidades locais de emprego e promover a integração com a indústria, a agricultura e a mineração, assim como incentivar o uso dos serviços de engenharia e design de produtos com considerações econômicas ecológicas.

Ordenar os usos do território

O território — mais que um lugar— é a construção social onde ocorre a vida; é o espaço natural transformado pelas interações reticulares humanas onde se constrói o sentido, onde se reconhecem pontos de referências, signos de identidade e referências simbólicas, onde a história, a tradição e a vida ativa ligam-se a cenários construídos, à paisagens, solos, geologia, fauna, flora e clima.

Entretanto, prevalece uma concepção reducionista do território como espaço geográfico imóvel, inerte, carente de direitos e suscetível a ser apropriado e transformado em um fator circulante no mercado. Do mesmo modo prevalece uma preconceituosa dicotomia que contrapõe urbano/moderno/desenvolvido a rural/tradicional/selvagem o que levou a autorizar e justificar a invasão e agressão das cidades ao campo na expansão descontrolada de suas fronteiras,

no desenvolvimento de exploração hídrica, florestal, mineira ou no descarte de resíduos.

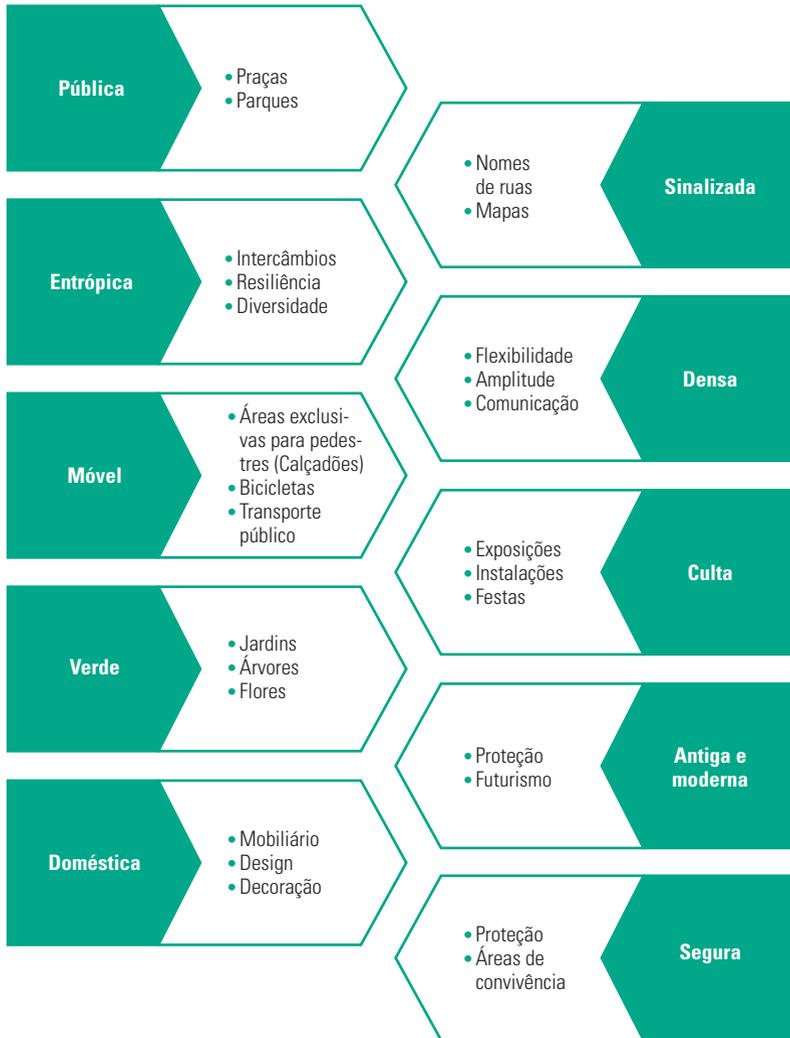
Do nosso ponto de vista, o âmbito territorial forma uma totalidade complexa e interdependente na qual se encontra integrado o urbano com o rural, como as questões ambientais e sociais, econômicas e culturais. A organização do território é, acima de tudo, uma questão de Estado, pois é política. Todo processo de ordenamento territorial é um processo político porque define usos e valores através de mecanismos como a negociação, o debate ou a imposição mediante o uso da força.

A região caracteriza-se por uma urbanização acelerada, desordenada, segregacionista, insustentável, subordinada aos interesses do capital e aos excessos especulativos; com uma abdicação dos Governos quanto ao ordenamento e planejamento.

A disfuncionalidade das estruturas físicas obstaculiza a mobilidade, eleva os custos sociais e econômicos e diminui a produtividade das cidades. A segregação socioespacial dos mais pobres deu lugar à explosão de assentamentos precários e informais em zonas de risco cada vez mais distantes. Os processos especulativos consolidam feudos imobiliários entre incorporadoras, bancos, construtoras e proprietários de terras que distorcem e colocam entraves para o acesso a soluções habitacionais. As políticas de habitação sofrem distúrbios por parte da economia liberal a ponto de levá-las a disparates flagrantes, como a superprodução de moradias, sua má localização ou sua falta de equipamentos básicos; assim, os movimentos dos “sem-teto” se uniram aos dos “com-teto” que protestam pela má qualidade.

A crise urbana está associada à ruptura do tecido social, à falta de espaços de encontro, reconhecimento e convívio e a intensificação do conflito e inconformismo social. Junto a isto está a grande responsabilidade das cidades pela crise ambiental: poluição atmosférica, hídrica, do solo, sonora, visual, com altas emissões de gases de efeito estufa e uma pegada ecológica cada vez mais profunda.

Diagrama 6. Condições da cidade habitável segundo Hugo Macdonald



Fonte: Macdonald, H. (2019).

Os Estados e os Governos enfrentam o desafio de prover as condições jurídicas, políticas, econômicas e de infraestrutura - capturando para sua administração a mais valia das explorações - que permitam promover uma transformação do território que inclua:

- Reconstruir as bases da política e da administração pública para tornar efetiva a participação cidadã no ordenamento do território (governança territorial).
- Lutar contra a desigualdade socioespacial no campo e nas cidades reconhecendo a diversidade social, cultural e espacial, quanto aos direitos das comunidades sobre a terra e cumprindo com a consulta livre e informada.
- Dar prioridade nas políticas públicas para a regeneração dos bairros e os assentamentos deteriorados e precários das cidades.
- Incluir obrigatoriamente moradias sociais de baixa renda nos empreendimentos habitacionais de todos os tipos.
- Descarbonizar o território —particularmente as cidades— priorizando as políticas e o orçamento públicos, o transporte público e não motorizado, assim como a integração dos usos do solo nas cidades.
- “Desmercantilizar” o espaço urbano através do desenvolvimento de políticas e instrumentos de cadastro e tributação imobiliária (recuperação de ganhos de capital, contribuição para melhorias, imposto predial) que permitam reduzir a corrupção imobiliária e recuperar os aumentos de valor dos imóveis nas cidades; que devem ser revertidos em favor da habitação e do habitat dos grupos sociais de menor renda, das infraestruturas, dos equipamentos sociais e do espaço público.
- Recuperar a essência do público na regulamentação do território significa fortalecer a política territorial, desenvolver a prestação de contas e transparência nas decisões de planejamento e nos projetos de ordenamento territorial e desenvolvimento urbano.
- Atuar contra a privatização dos serviços básicos e equipamentos sociais sob o princípio de que, antes de serem mercadorias, são direitos dos cidadãos; e priorizar o resgate e desenvolvimento de espaços públicos de qualidade em cada bairro urbano e em cada comunidade rural.

- Elevar a recuperação da biodiversidade e o respeito aos recursos naturais, especialmente a água, a mais alta prioridade das políticas públicas; o que pressupõe legislar e estabelecer planos participativos para a gestão de áreas pantanosas, matas, florestas e mangues, subvencionando, inclusive, as comunidades rurais e indígenas para obter o cuidado de tais áreas.

3.4 Por uma transformação cultural

Por meio da cultura construímos os sentidos que dão sustento a nossa identidade e nossas práticas sociais, econômicas e políticas. A partir dos contatos das pessoas entre si e com o entorno natural imediato estabelecemos quem somos os múltiplos “nós” (dentro, comunidade imaginada, segurança, entendimento), quem são os infinitos “outros” (fora, incerteza, medo, dificuldade de entendimento), e conseguimos compreender e atribuir valor a nossas atividades, assim como interpretar e reformular os signos da diferença.

Na América Latina há uma convergência de heranças de seus povos originais e seu passado com as europeias, as norte-americanas e agora com as ideias e conteúdos adquiridos em um vertiginoso fluxo através das tecnologias da comunicação e da globalização. As históricas riqueza e diversidade culturais do continente, multiplicadas nos contextos atuais que intensificam os contatos encontram-se ameaçadas pelo capitalismo que impõe padrões de pensamento e conduta e dissolve e marginaliza as identidades sociais e culturais.

Nesta perspectiva, a cultura é política: cada sociedade — independente das tarefas do Estado— cria uma cultura política que se define, fortalece e evolui mediante processos que constituem uma política cultural. Os objetivos de uma política cultural no marco da transformação socioecológica compreendem preservar e promover os espaços para a criação e reprodução cultural, para o reconhecimento de nós mesmos e dos outros e, em geral, para a construção dos sentidos da vida em condições de autonomia, respeito e integração. Uma defesa da democracia cultural implica uma defesa dos valores e interpretações locais e saberes ancestrais, da mesma forma que a

ampliação do acesso a bens universais de informação, conhecimento, educação, artes e fomento da expressão e da criatividade.

Nossa proposta é a de uma integração desde o local para o global: uma participação desde as tradições e particularidades ligadas a territórios concretos em uma trama que possibilita as novas tecnologias, uma conexão da vida cotidiana e a vida política imediatas com os mundos virtuais da internet; uma formação das novas sensibilidades e nos novos movimentos sociais em processos de intercâmbio de fertilizações recíprocas e diálogos vinculantes.

É preciso conhecer e entender outras versões da vida e das relações dos humanos entre si e com todas as expressões da natureza para encontrar propostas integradoras que reconheçam a unidade sagrada entre corpo e mente, cultura e natureza. Isto é, necessitamos de uma cultura que nos capacite para viver junto aos outros enquanto exercemos o direito de sermos autônomos em meio ao cumprimento dos acordos e das regras do jogo que nos dão igualdade de acesso às possibilidades de decidir e governar. Nossa obrigação é a de construir uma cultura democrática que nos ensine a buscar consensos em meio à diferença e que fortaleça o direito a discordar.

- É possível que haja uma oportunidade para a renovação dos sentidos da vida se pensamos no exercício das virtudes cotidianas como o campo de convergência cultural entre “nós” e os “outros” (Ignatieff, 2018). A solidariedade, a reciprocidade e a justiça estão presentes nos objetivos de todas as formas de cultura para assegurar o cuidado dos seus. Defender essas virtudes como objetivos para a subsistência da vida no planeta e criar condições para seu exercício em todas as comunidades é um programa político muito poderoso.
- A indústria da cultura e criatividade, hoje subordinadas a lógica do capital e a conversão dos produtos culturais em mercadoria, podem ser um mecanismo eficaz para o surgimento de lógicas alternativas e para contra-atacar os sistemas ideológicos que ostentam o poder simbólico (Banet-Weiser y Castells, 2017).
- Os movimentos sociais no continente têm um pano de fundo cultural: as lutas indígenas, os afrodescendentes e os ciganos

(rom), as comunidades rurais, pescadores, mineiros, comunidades pobres urbanas, assim como as lutas antipatriarcais e as dos estudantes pretendem transformar as estruturas de pensamento que legitimam a dominação e o controle, impedem o desenvolvimento da diversidade e negam o reconhecimento e a autonomia para traçar seu próprio futuro. Tais vozes que clamam por uma concepção diferente das relações com a vida devem ser respeitadas e ter a oportunidade de enriquecer as sociedades em seu conjunto.

- Especialistas e estudiosos, empregados e profissionais, criadores e produtores, compreendem hoje melhor a necessidade de articular um acordo social e político que dê à cultura a proteção pública que necessita. É necessária uma política que valorize as artes e assegure uma vida digna para homens e mulheres, artistas, criadores e mestres.
- A educação continuará demandando enormes esforços institucionais e de mobilização de recursos humanos e materiais em uma vasta escala para preencher as lacunas de profunda desigualdade de oportunidades de inserção no início da vida adulta nas sociedades latino-americanas. Contudo, se há uma aspiração a melhores formas de convívio social e relacionamento com a natureza, fica claro que a educação requer também uma reorientação fundamental de seus fins como espaço preferencial de socialização e de transmissão de valores e condutas solidárias e responsáveis.

3.5 Por novas métricas para a transformação socioecológica

A transformação socioecológica requer um reposicionamento geral e um novo conjunto de métricas para precisar as metas e as conquistas nas diferentes dimensões do bem-estar. A situação econômica, social, distributiva e ambiental da América Latina e o Caribe não pode nem deve reduzir-se a um conjunto de indicadores. Entretanto,

a recopilação e a construção de dados nas principais dimensões e seu uso, com cautela, podem contribuir para o diagnóstico e interpretação das situações e lacunas, seu reconhecimento e discussão pública e a formulação e acompanhamento das conseqüentes ações.

Nossa proposta é aproveitar o trabalho que já se faz de índices e avançar para medições mais integrais, quantitativas e qualitativas dos processos da transformação socioecológica.

Podem ser considerados indicadores tradicionais os que equiparam o crescimento econômico com o desenvolvimento e bem-estar, e que têm o PIB como eixo central. Este indicador, no entanto, deixa de fora dimensões importantes da economia — especialmente da economia do cuidado — e não considera as externalidades sociais ou as ambientais dos processos produtivos. Os indicadores sintéticos multidimensionais que integram diversas dimensões além do valor monetário da produção ou a renda e são construídos como referências iniciais para o desenvolvimento dos indicadores alternativos, podem ser considerados como indicadores de transição. O mais conhecido dos indicadores sintéticos multidimensionais é a versão básica do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que pondera por terços a Renda Nacional Bruta, a média de anos e anos esperados de educação e a expectativa de vida ao nascer da população. Outros exercícios como o “Social Progress Index” ampliam o repertório de indicadores sintéticos considerando resultados sociais e institucionais não econômicos.

Os indicadores alternativos, por sua vez, combinam visões antropocêntricas com ecocêntricas e buscam a transversalidade; propõem-se a medir as correlações entre os diferentes aspectos do crescimento econômico e do bem-estar. As universidades, organizações da sociedade civil ou organismos internacionais, tanto intergovernamentais como não governamentais, elaboraram uma grande variedade deste tipo de indicadores. O Índice de Cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um esforço importante que, desde 2016, toma as metas estabelecidas pelas Nações Unidas com 39 indicadores e as lacunas de cada país quanto a elas.

Tabela 2. Indicadores disponíveis para a avaliação da transformação socioecológica

Dimensões	Indicadores
Situação econômica	PIB per capita; taxa de desemprego; pressão tributária; porcentagem de gastos em pesquisa e desenvolvimento sobre o PIB; grau de concentração das exportações.
Situação social	expectativa de vida ao nascer; mortalidade infantil; anos esperados de educação de crianças e jovens; jovens que não estudam nem trabalham; taxa de homicídios; coeficientes de distribuição de renda de Palma e de Gini; índice composto de desigualdade de gênero.
Situação ambiental	Porcentagem na geração final de energia de fontes renováveis; emissões de dióxido de carbono por habitante; área total florestada e sua taxa de variação; biocapacidade em hectares gerais; pegada ecológica.

Fonte: Elaboração própria.

Consideramos que a transformação socioecológica requer esse tipo de métricas, pois combinam dimensões monetárias, de fluxos e estoques físicos com a percepção dos membros da sociedade sobre suas condições de vida.

No livro oferecemos uma matriz de indicadores de referência com uma roda de análise na qual estabelecemos as dimensões de mudança propostas pela transformação socioecológica, os princípios que obedecem, as lacunas que permitem apreciar e os indicadores disponíveis, tanto tradicionais como multidimensionais e alternativos. Aqui apresentamos uma matriz básica com os dados mais frequentemente disponíveis e que permitem uma avaliação a maneira de síntese sobre as situações econômica, social e ambiental.

CONCLUSÕES

Uma perspectiva de longa duração permite reconhecer fatores chave na expansão dos graves problemas sociais e ambientais que hoje afetam a convivência e comprometem as condições de vida em escala planetária.

O sistema-mundo vigente, dominado pelo capitalismo globalizado, acolhe e reproduz padrões de violência e depredação descontrolados que expandem e aprofundam a crise.

A América Latina e o Caribe enfrentam enormes desafios para dar legitimidade a seus sistemas políticos, contra-atacar a desigualdade e a exclusão, superar sua dependência do extrativismo de recursos naturais e conter a deterioração do meio ambiente.

Uma compreensão da interrelação sistêmica das sociedades com a natureza e da necessidade de equilíbrio dinâmico permite compreender uma lógica de reprodução da vida como a orientação fundamental da transformação socioecológica que os tempos demandam.

Na história do continente, na cultura de seus povos, nas lições aprendidas e no pensamento científico podem ser encontrados os elementos de uma concepção do bem-estar como um bom viver, equitativo e sustentável, fundado nos princípios da solidariedade e responsabilidade, que trace um horizonte de esperança para suas sociedades.

Nossas propostas começam com a do fortalecimento do Estado democrático e social de direito que promova a participação e deliberação coletivas, que permita alcançar pactos socioecológicos, aumentar

as capacidades institucionais de planejamento e administração, incidir na distribuição de renda, igualar as oportunidades e proporcionar direitos universais básicos em condições de sustentabilidade ambiental.

Em matéria econômica as propostas orientam-se à diversificação produtiva, a desconcentração de atividades e a ampliação da participação de diferentes agentes no marco de uma economia mista na qual coexistam em relações sinérgicas um setor privado da economia competitiva com um setor público em áreas estratégicas, assim como uma economia social e de cuidado tuteladas e promovidas pelo Estado.

Aspira-se a uma democracia econômica em condições sustentáveis. **Inclusiva:** com empregos dignos; **diversa:** com estímulos a atividades alternativas à exploração dos recursos naturais, **circular:** com produção e consumo de bens funcionais e duráveis, inclusive reciclagem; **dinâmica:** com inovação tecnológica nos processos produtivos; e **solidária:** com valorização das atividades cotidianas de proteção e cuidados.

Nos diferentes setores produtivos, nossas propostas incluem:

- Harmonizar o consumo de bens com uma concepção enriquecida do bom viver.
- Aumentar as capacidades de aprendizagem para o aumento da produtividade.
- Expandir o setor de serviços para criar valor agregado e empregos de qualidade e para melhorar as condições sociais.
- Promover um processo de reindustrialização de baixa pegada ecológica que dinamize e diversifique a matriz produtiva.
- Facilitar o acesso à energia em qualidade e quantidade e trasladar para energias limpas e de fontes renováveis.
- Reduzir as atividades extrativas ao mínimo indispensável para o equilíbrio ambiental, social e cultural.
- Evoluir para modelos agrícolas sustentáveis que cuidem da biodiversidade, integrem as famílias de pequenos produtores rurais e aproveite seus saberes e práticas.

Em matéria de território concentrar as atenções nos problemas criados pelo crescimento caótico das cidades cujo ordenamento precisa ser retomado por Governos com uma ampla participação cidadã para recuperar a equidade socioespacial, a habitabilidade, a mobilidade, a segurança, o convívio e a sustentabilidade ambiental.

Em matéria de cultura nossa proposta é preservar e promover os espaços para sua criação e reprodução, a defesa da cultura, assim como a liberdade de acesso aos bens culturais universais para a construção de sentidos nas sociedades na busca por alternativas para a vida.

EPÍLOGO

Um apelo à ação*



Com base nas considerações e urgências acima mencionadas, propomos algumas pontos fundamentais de ação a partir de uma nova abordagem que transformará nossas concepções com a intenção de impactar decisões e imaginários coletivos.

1. Situar o bem-estar equitativo e sustentável no centro da ação política para a transformação das estruturas de desigualdade nas posições sociais e a destruição dos ecossistemas causados pela acumulação ilimitada que prevalece hoje no continente latino-americano. O objetivo é avançar para uma democracia socioecológica cujo objetivo não é maximizar o PIB per capita nem mercantilizar todos os interstícios da sociedade, mas sim

a qualidade de vida equitativa e responsável; isto é: permitir que todos vivam bem, com igual respeito e consideração, uma vida boa que erradique as desigualdades injustas, a violência e a discriminação, e que preserve a Terra para as novas gerações. Para isso, as necessidades materiais, espirituais, individuais e sociais devem ser satisfeitas em condições de respeito à diversidade, criatividade e autonomia de cada ser humano, bem como de efetiva igualdade de oportunidades em um contexto de restauração da resiliência dos ecossistemas. Isto supõe o acesso universal a uma renda mínima, à proteção contra os riscos sociais, a bens comuns e a bens públicos que permitam o exercício efetivo das liberdades e dos direitos fundamentais, protegendo sistematicamente a biosfera e a vida na Terra. A ação política será chamada a criar marcos de respeito institucionalizado por esses direitos e de solidariedade para com os mais vulneráveis, bem como uma responsabilidade sistêmica orientada para as novas gerações e o resto dos seres vivos. As instituições democráticas devem ser transformadas para garantir que a economia e a vinculação de recursos públicos e privados nos vários territórios e habitats humanos estejam sujeitas a estes princípios de funcionamento.

2. **Renovar os valores do bom convívio.** A magnitude da capacidade de convívio dos seres humanos entre eles e com a natureza depende do tipo de cultura que compartilham. Seus componentes incluem o respeito à dignidade humana, à diversidade e à liberdade individual, o maior ou menor peso da masculinidade patriarcal e a dimensão da tolerância às desigualdades e discriminações, bem como a concepção do tipo de sistema socioecológico de fornecimento de bens e serviços para satisfazer as necessidades humanas. Para alcançar o bom convívio e reproduzir no tempo um bem-estar equitativo e sustentável, a ação coletiva exige que prevaleçam na sociedade os valores de igual respeito e consideração por todos os seus membros, a solidariedade e a responsabilidade com a vida no planeta e com as futuras gerações. Isso implica uma crítica sistêmica à ganância e à busca incessante do lucro

como supostamente os promotores primordiais da conduta individual e, ao mesmo tempo, a compreensão da condição humana como aquela que está invariavelmente inserida nas esferas comunitárias, pois ela não só inclui a autonomia individual legítima, mas também a pertença a um “nós” que nos torna solidários e responsáveis pelo destino das gerações atuais e futuras nas esferas comunitária, local, nacional e global.

3. **Reconhecer a ecod dependência dos seres humanos.** Nós, seres humanos, vivemos e convivemos em interdependência e ecod dependência, fundadas na divisão social do trabalho e no fato de que somos seres corporais sujeitos a necessidades e à sua satisfação periódica. O reconhecimento urgente desta ecod dependência e dos limites planetários, que se ultrapassam de forma crescente e acelerada, pressupõe a adoção de práticas sociais de produção e consumo congruentes com ela. Esse reconhecimento deve levar a promover uma cultura de suficiência funcional e sustentável no consumo; descarbonizar, desconcentrar e realocar a economia; estabelecer circuitos curtos de produção-distribuição-consumo; reduzir os tempos de transporte; e colocar a sociabilidade sustentável no centro da política urbana e do ordenamento territorial.
4. **Aceitar o ritmo inexorável para reduzir as atividades econômicas que geram insustentabilidade.** Isto significa o fim do acúmulo ilimitado de capital e do extrativismo predatório, assim como a diminuição dos setores de atividade econômica que afetam negativamente a pegada ecológica e pressionam os limites planetários. Além disso, exige a redução do consumo de bens não-funcionais e artificialmente não duradouros ou reparáveis, bem como a redução da geração de resíduos e o impulso para sua reutilização sistemática ou da sua rápida biodegradação. Isso deve ser acompanhado por uma expansão de atividades como o uso de energias renováveis, eletromobidade, transporte público e habitação sustentável; agroecologia e alimentação saudável, indústria limpa e serviços pessoais sustentáveis; bem como maior acesso a bens de consumo coletivo e bens comuns. Isto deverá permitir um aumento

líquido dos níveis de emprego e de atividade remunerada, apesar da inexorável recomposição setorial.

5. **Mudar os conceitos usuais de riqueza e pobreza.** A forma como conceituamos e medimos a riqueza e a pobreza hoje em dia determina os nossos marcos de ação e o nosso horizonte político. Elas não são o resultado de esforços ou trajetórias individuais, mas de estruturas econômicas e de distribuição de renda e capital produtivo e cultural, bem como das interações entre as diversas posições sociais que delas resultam. O bem-estar não deve ser entendido apenas em termos de acesso à riqueza material (bens, recursos, ativos financeiros, “coisas” ou “relações entre coisas”) mas também, e especialmente, em termos de acesso à **riqueza do tempo** para o desenvolvimento da autonomia e criatividade livres, e à **riqueza relacional** para uma boa convivência e funcionamento socialdemocrata.
6. **Promover a renovação e a contínua recriação das instituições** Não é possível alcançar nenhum dos resultados acima sem um arcabouço institucional que aceite, permita e promova o seu avanço. A renovação institucional de cima para baixo não é suficiente. Para garantir a reprodução diária da vida em condições de equidade e sustentabilidade, é essencial que as instituições não limitem as liberdades ou a democracia na tomada de decisões, mas as ampliem; que não se tornem auto-referenciais ou burocráticas; e que estejam sujeitas a estritas regras de profissionalismo, probidade e controle cidadão em seu funcionamento.
7. **Concordar com os melhores valores civilizatórios e as melhores armas intelectuais para a disputa pela hegemonia cultural que está em jogo para construir um novo pacto democrático em nossas sociedades.** A mudança da cosmovisão do individualismo negativo, produtivista, e de curto-prazo dominante não acontecerá sem um conflito pela hegemonia cultural. Este processo deve ser canalizado com a democracia como espaço e limite de ação transformadora para construir **um novo pacto democrático legítimo** no qual as decisões que conduzem a uma ação de alguma organização ou instituição dotada do poder

de influenciar a realidade social sejam fruto de um processo em que prevaleçam a transparência no diálogo, a participação mais plena possível dos envolvidos e a maior simetria possível nas condições dessa participação. Esse novo pacto democrático deve privilegiar a racionalidade e a deliberação sobre qualquer forma de manipulação de poder, violência ou medo da violência; e deve reconhecer a responsabilidade pelas decisões quando estas têm efeitos negativos - por ato ou omissão - sobre indivíduos, grupos, comunidades e territórios não diretamente relacionados a elas.

O compromisso político pela transformação socioecológica

Nosso apelo à ação leva em conta que a transformação socioecológica é um projeto político que apela à construção e à prática de políticas públicas que, a curto, médio e longo prazo, modifiquem o modelo econômico capitalista que depreda a natureza e aprofunda as desigualdades em nossas nações. Não se trata de eliminar os mercados ou o trabalho assalariado - que historicamente tem sido parte da economia de todas as nações-; mas enfrentar a concentração ilimitada de capital através do Estado, socializando o excedente econômico ou parte dele, da produção à riqueza gerada. Há exemplos disso em diferentes latitudes: dos sistemas de negociação coletiva à emergência da economia social e solidária ou da economia do cuidado e da reciprocidade. Há múltiplas relações não-capitalistas de escambo, como demonstram a economia do cuidado e a economia solidária, e na medida em que essas relações se fortalecem, abre-se a possibilidade de criar sociedades que não se regem pelo acúmulo do capital. Nosso apelo é para promover essas abordagens mercado-Estado-sociedade em busca de outros padrões econômicos e trocas em mercados orientados não para o acúmulo para poucos, mas para a distribuição de riqueza entre muitos e em equilíbrio com a natureza, cuidando dos suportes da vida em nosso planeta - não apenas no sentido instrumental de

limitar sua destruição, mas como um princípio intrínseco em nossos modos de vida -.

Para que a transformação socioecológica transcenda além de uma mera proposta de mudanças profundas, é necessária uma grande mobilização continental de aliados para fazer sua esta abordagem, questionar as estruturas sócio-políticas atuais e promover alternativas concretas em seus contextos e territórios específicos. Muitas das ações serão necessariamente radicais e imediatas com intuito frear a destruição da natureza e os excessos na produção e no consumo; além disso, deverão implementar ações de médio e longo prazo que reformulem profundamente nossa relação com o planeta.

O apelo que fazemos inclui todos os atores da vida pública e privada das sociedades latino-americanas. Compartilhamos nossa proposta de transformação socioecológica com a população em geral, universidades, organizações da sociedade civil, sindicatos e partidos políticos; organizações rurais, indígenas, empresariais e profissionais; mídia tradicional e digital; e, particularmente, com os diferentes níveis de governo em nossos países. A ideia é mobilizar as consciências para impactar a agenda pública, que vai além do governo e inclui os atores sociais que produzem, os que educam e pesquisam, os que governam e todos aqueles que, a partir de seus espaços de vida, entendem que a crise global já foi longe demais - porque exacerbamos a exploração da natureza e a exclusão de grande parte da população latino-americana - e reconhecer que devemos lutar juntos por essa mudança. Este apelo à transformação socioecológica visa especialmente influenciar os sistemas educacionais e seu resultado será melhor se as ideias que o sustentam forem disseminadas nas novas gerações, que terão que suportar os efeitos mais dramáticos da crise socioambiental se não mudarmos os padrões atuais.

Todos os atores e sujeitos antes mencionados devem participar na política — formal e informalmente — e aprofundar a democracia participativa através da mobilização organizada, pacífica e informada para assim contribuir com a recuperação do público. Desde a esfera pública, reconhecemos que a participação social nas decisões políticas deve visar a redução das iniquidades e desigualdades que caracterizam nossas nações, equilibrando, como prioridade, o acesso dos grupos

sociais de baixa renda aos benefícios de um Estado de bem-estar democrático. Dado que as políticas públicas de redução das tensões e desigualdades sociais, econômicas e ambientais são essencialmente da responsabilidade dos Governos, é essencial transformar o Estado e o Governo para que assumam a atenção e a solução destes problemas com responsabilidade e compromisso sócio-ambiental.

Este apelo à políticas e ações que respondam às necessidades sociais e ambientais - e não apenas às do mercado capitalista - enfrenta maiores desafios nos governos e nas comunidades locais, porque nestes territórios cada ator social pode tomar consciência das consequências das alterações climáticas, das indústrias extrativas, do agravamento da desigualdade e da segregação social e, por conseguinte, pode tomar consciência e ser responsável pelas suas próprias ações, exigindo e acompanhando os desempenhos adequados dos poderes públicos. Para isso, a avaliação por meio da educação e do conhecimento, da mobilização e da ação política direta - tanto nas cidades quanto nas comunidades rurais - poderia desencadear processos de baixo para cima com maior potencial de transformação. Para avançar nestes processos, é necessário, como ponto de partida, estimar as capacidades de ação dos atores sociais e analisar os principais conflitos relacionados com a apropriação dos recursos dos territórios para compreender os interesses subjacentes às suas práticas concretas e assim identificar o papel que cada um deve ou pode ter nas transformações socioecológicas. Por outro lado, reconhecendo o enorme potencial da participação social para o respeito e satisfação dos direitos da população, acreditamos firmemente que, para alcançar um equilíbrio entre as ações de mercado e as intervenções do Estado, é importante que os cidadãos e suas organizações participem efetivamente das discussões e decisões sobre o presente e o futuro de seus territórios. Neste contexto, a ideia de governança de base territorial reconhece as capacidades sociais para enfrentar seus próprios problemas diante das evidências de um Estado em retração e de um mercado capitalista mais fortalecido, incorpora a corresponsabilidade entre as comunidades e suas autoridades, enfatiza o papel relacional do governo local e do trabalho em rede e, conseqüentemente, promove estruturas institucionais colaborativas.

Os esforços para a transformação socioecológica começam, mas não terminam, nas esferas subnacionais e nacionais. Embora a América Latina esteja vivendo momentos de incerteza quanto ao alcance da cooperação multilateral, as diversas crises enfrentadas pelos países devem ser um estímulo para superar as divergências conjunturais, portanto, reorientar a integração regional e sub-regional para objetivos estratégicos que enfrentem riscos e ameaças comuns. Uma América Latina voltada para processos de justiça social e ambiental seria uma voz robusta no cenário global para propor iniciativas das quais emanariam compromissos e sinergias para uma transformação em escala planetária, superando tanto as declarações voluntárias sem instrumentos vinculantes como as apostas focadas apenas no mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGUS, M. (2004). La economía de Occidente y la del resto del mundo en el último milenio. *Revista de Historia Económica*, XXI-2.
- BANCO MUNDIAL (2017). *Global Mobility Report 2017*. Tracking Sector Performance. Washington: Sustainable Mobility for All. Disponível em: <<http://sum4all.org/publications/global-mobility-report-2017>>.
- BANET-WEISER, S. e CASTELLS, M. (2017). La economía es cultura. En Castells, M. *et al. Otra economía es posible. Cultura y economía en tiempos de crisis*. Madrid: Alianza Editorial.
- CAETANO, G.; DE ARMAS, G. e TORRES, S. (2014). *La provocación del futuro. Retos del desarrollo en el Uruguay de hoy*. Montevideo: Editorial Planeta.
- CASTEL, R. (2013). Démocratie sociale. En Casillo, I.; Barbier, R.; Blondiaux, L.; Chateauraynaud, F.; Fourniau, J. M.; Lefebvre, R. y Salles, D. (Eds.), *Dictionnaire critique et interdisciplinaire de la participation*. París: gis Démocratie et Participation. Disponible en <<http://www.dicopart.fr/en/dico/democratie-sociale>>.
- CEPAL (2016). *El enfoque de las brechas estructurales: análisis del caso de Costa Rica*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (cepal), Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, y Ministerio de Planificación Nacional y Política Económica de Costa Rica.
- CEPAL(2018). Medición de la pobreza por ingresos: actualización metodológica y resultados. *Metodologías de la Comisión Económica*

- para América Latina y el Caribe*, núm. 2 (LC/PUB.2018/22-P), diciembre. Santiago de Chile: CEPAL.
- GILLIGAN, C. (2013). *La ética del cuidado*. Cuadernos de la Fundación Víctor Grífols i Lucas, núm. 30. Barcelona: Fundació Víctor Grífols i Lucas.
- IGNATIEFF, M. (2018). *Las virtudes cotidianas. El orden moral en un mundo dividido*. Madrid: Penguin Random House, Grupo Editorial S.A.U.
- INTERGOVERNMENTAL SCIENCE POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES) 2018. Disponible em: <<https://www.ipbes.net/>>.
- MADDISON, A. (2004). La economía de Occidente y la del resto del mundo en el último milenio. En *Revista de Historia Económica*, vol. xxii, núm. 2, 259-336. Disponible em: <<http://hdl.handle.net/10016/2764>>.
- MACDONALD, H. (2019). Los diez mandamientos de la ciudad habitable. *El País*, 7 de mayo.
- MIROSLAVA, N. et al. (2017). *Evolución de los sistemas de transporte urbano en América Latina*. bid. Disponible em: <<https://publications.iadb.org/es/publicacion/evolucion-de-los-sistemas-de-transporte-urbano-en-america-latina>>.
- OBSERVATORIO DE CONFLICTOS MINEROS EN AMÉRICA LATINA (OCMAL). Base de datos, 2019. Disponible em: <<https://www.ocmal.org/>>.
- OECD (2017). OECD.Stat, Income Distribution and Poverty (base de datos). Disponible em: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=IDD>>.
- OIT (2018). Sesión Temática 2. Preparando el futuro del trabajo que queremos: Políticas para promover la transición de la economía informal a la formal, responder al cambio tecnológico acelerado y a las diversas formas de empleo. En 19a Reunión Regional Americana, Organización Internacional del Trabajo, Panamá, 2-5 de octubre. Disponible em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/--relconf/documents/meetingdocument/wcms_644637.pdf>.

- ONU (2017). *World Population Prospects: The 2017 Revision, Key Findings and Advance*. Nueva York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Disponible em <https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf>.
- ONU MEDIO AMBIENTE (2017). Los gobiernos y los actores no estatales deben tomar medidas urgentes para cumplir los objetivos del Acuerdo de París. Comunicado de Prensa. onu Medio Ambiente, Nairobi, 31 de octubre. Disponible em: <<https://www.unenvironment.org/es/news-and-stories/comunicado-de-prensa/los-gobiernos-y-los-actores-no-estatales-deben-tomar-medidas>>.
- PETTIT, PH. (2009). Program for a Progressive Politics: A Discussion Note. *Discussion Papers*. Madrid: Fundación Ideas.
- STEFFEN, W. et al. (2015). Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. En *Science*, vol. 374, núm. 6223, 1259855/ 13 de febrero, <DOI:0.1126/science.1259855>.
- SVAMPA, M. (2017). ¿Del «consenso de los commodities» al «consenso antiindígena»? Viaje al corazón de Vaca Muerta. En *Nueva Sociedad. Democracia y política en América Latina*, septiembre. Disponible em: <<http://nuso.org/articulo/del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-antiindigena/>>.
- WALLERSTEIN, I. (2005). *Análisis de sistemas-mundo. Una Introducción*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores.
- WARREN, R et al. (2018). The projected effect on insects, vertebrates, and plants of limiting global warming to 1.5 °C rather than 2 °C. En *Science*, vol. 360, núm. 6390, 791-795. 18 de mayo, <DOI: 10.1126/ science.1259855>.



Sinopse

**Já fomos longe demais - Por uma Transformação
Socioecológica na América Latina**



BIBLIOTECA TRANSFORMAÇÃO

O Projeto Transformação Socioecológica da Friedrich-Ebert-Stiftung na América Latina formou um grupo de trabalho regional que reúne notáveis especialistas em América Latina com o objetivo de debater propostas factíveis e realizar intercâmbios de ideias e experiências sobre os desafios comuns. A Biblioteca Transformação é um aporte dessa rede que procura contribuir com análises e propostas para o debate sobre como impulsionar trajetórias de desempenho que sejam socialmente justas e ecologicamente sustentáveis.